SOUZAEAD
souzaeadrevistaacademica.com.br

ISSN 2595-5934

REVISTA ACADÊMICA
DIGITAL

JAN 2022 EDIÇÃO Nº 45



REVISTA ACADÊMICA
DIGITAL

PERIODICIDADE
MENSAL

IDIOMAS
PORTUGUÊS E INGLÊS

SOUZAEAD
souzaeadrevistaacademica.com.br
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
JAN 2022 EDIÇÃO Nº 45

ÍNDICE

EDITORIAL

FASSHEBER, Daniela Monteiro Pág. 03 03

A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DA QUÍMICA DOS ALIMENTOS PARA O ENSINO DA QUÍMICA.

AVELINO, Alexandre da Silva. Págs. 04 – 16 04

DESENVOLVENDO A PSICOMOTRICIDADE NOS AMBIENTES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

MACHADO, Sandra Lia Ribeiro. Págs. 17 – 33. 17

POSSIBILIDADE EM APLICAR A TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA AOS CRIMES DE RECEPTAÇÃO

ALEXANDRE, Frederico Oliveira. GUILARDUCCI, NEIVA, Tardiane Costa. Págs. 34- 51 34

PROMOÇÃO DA SAÚDE X OBESIDADE EM CRIANÇAS

FASSHEBER, Daniela Monteiro. Págs. 52-69 52

ABRINDO OS PORÕES DA LOUCURA – PERSPECTIVAS DIALOGICAS PARA O ENSINO DA HISTÓRIA – IDENTIDADE E CULTURA.

MARTIN, Fábio Rodrigues. Págs. 70-92 92

SOUZAEAD
souzaeadrevistaacademica.com.br
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
JAN 2022 EDIÇÃO Nº 45

Editorial

ILUMINA AS QUALIDADES E CONQUISTAS

Algumas pessoas dizem que o Ano-Novo simula o final de um novo período e o início de uma nova fase na vida, mas para muitos, é o Natal que representa a ocasião em que entramos em contato com os sentimentos mais bucólicos e gentis, os quais habitam em nosso coração e na nossa mente, nos permitindo fazer uma reflexão sobre os percursos que estamos tomando em nossa vida, admitindo fazer adequações e correções de direção.

Na realidade, deve-se reconhecer que, quando o ano se inicia, há a sensação de bateria recarregada. Os primeiros dias do ano são para repensar a vida! Contudo, primeiramente, CELEBRE, você está vivo!

Por muitas vezes, pessoas frustram por passar por situações, as quais contradizem com o que foi programado para a sua vida, enfim, não aconteceu conforme almejado, e assim, a motivação começa a desabar. E daí? Se as coisas estão acontecendo de forma contraria. Qual o problema? ir contra tudo, nos torna mais fortes e mais apaixonados. É com os grandes fracassos que se pode aprender algo extraordinário, que ajude a alcançar o sucesso, tornando-os especiais.

Se iluminar apenas as suas imperfeiçoes e fracassos, todas as suas qualidades e conquistas ficarão na sombra. Dê mais crédito a você. Olhe para trás, veja o quanto você já realizou. Seja positivo. Atraia pessoas positivas. O importante é que você tenha a consciência de que, quando você está feliz, você se torna uma pessoa bem-sucedida.

A FaSouza espera que você possa renovar o seu compromisso com a sua verdadeira felicidade e com a realização de seus sonhos. Desejamos, um ano de 2022 iluminado de conquistas, amor, saúde, felicidade, gestos de solidariedade. E, o mais importante, não desista dos seus sonhos e nem de você. Procure sempre aprender com os erros e repetir os acertos.

Boa leitura!!!

FASSHEBER, Daniela Monteiro
Coordenadora Pedagógica da Faculdade FaSouza

SOUZAEAD
souzaeadrevistaacademica.com.br
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
JAN 2022 EDIÇÃO Nº 45

A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DA QUÍMICA DOS ALIMENTOS PARA O ENSINO DE QUÍMICA.

AVELINO, Alexandre da Silva[1]

RESUMO

A química dos alimentos trata das suas propriedades física, químicas e biológicas e suas relações com as diversas alterações que podem sofrer, é um ramo multe disciplinar. Seguindo a observação desses aspectos, o conhecimento da química vinculada aos alimentos pode ser considerado fundamental para os estudantes. Por meio dos conteúdos de química, eles podem ser capazes de compreender a composição química dos produtos que consomem e refletir a respeito de seus hábitos alimentares sob a óptica da ciência. Essa pesquisa foi realizada de forma bibliográfica, tendo como base artigos e livros sobre o assunto a ser abordado, além de outras fontes como teses e monografia. O ensino de química abrange uma série de situações em que o conhecimento químico é transmitido para as vivências do dia a dia do aluno. A química de alimentos é uma das áreas que constitui a ciência da química e tem como principal fundamento o estudo dos componentes dos alimentos e suas interações. A contextualização da química de alimentos, no ensino se aplica como metodologia didático pedagógica com um reflexo positivo por trazer a vivência das transformações que os estudantes presenciam diariamente ao longo das suas refeições. O ensino de química através dos alimentos tem um importante papel pois possibilita explorar diversos conceitos, identificando a importância e influência no aprendizado. A química dos alimentos tem um leque de possibilidade que torna a temática apta para o ensino de química, podendo ser utilizada para criar uma aprendizagem mais dinâmica e contextualizada.

Palavras-chave: Alimentos. Contextualização. Ensino. Química.

[1] Tecnólogo em Alimentos (IFRN); pós-graduação em Metodologia do Ensino de Química (FaSouza). EMAIL: alexandre12.as103@gmail.com

SOUZAEAD
souzaeadrevistaacademica.com.br
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
JAN 2022 EDIÇÃO Nº 45

1 **INTRODUÇÃO**

A área da ciência química e voltada para o estudo da composição, estrutura e propriedades da matéria e da energia e as suas transformações as quais são estudadas através das diferentes formas de interações e fenômenos existentes entre os elementos da natureza, procurando entender como se dá o seu comportamento, no ambiente OLIVEIRA et al., (2012).

A ciências dos alimentos trata das suas propriedades física, químicas e biológicas e suas relações com as diversas alterações que podem sofrer, é um ramo multe disciplinar que envolve microbiologia, química, biologia e engenharia. A química dos alimentos estar interligada a química, a bioquímica, a zoologia, a botânica é a biologia molecular DAMODARAN e PARKIN,(2018)

O universo químico dos alimentos, envolve todas os seus componentes e formas de interações existentes entre si na estrutura dos alimentos, seja em reações no processo de desenvolvimento é amadurecimentos de frutas e hortaliças, também nos produtos e origem animal, através de processos metabólicos decorrente de processos químicos e físicos, ou de transformações dos alimentos processados, que envolve uma série de reações de alterações de seus constituintes, seja para melhora aspectos de aparência, durabilidade ou nutricional.

Os alimentos têm em sua constituição uma diversidade de nutrientes que são responsáveis por funções químicas específicas, estruturas e propriedades físico-químicas particulares que determinam suas funções no organismo. Os carboidratos, os lipídeos e as proteínas são conhecidos como nutrientes energéticos, pois são os únicos capazes de fornecer energia para o ser humano. As proteínas ainda desempenham papel fundamental na síntese de novos tecidos, sendo conhecidas como nutrientes construtores. As vitaminas são essenciais para o funcionamento do corpo humano, tendo como uma de suas principais funções a regulação metabólica, além de propriedades funcionais e uso tecnológicos PAZINATO & BRAIBANTE, (2014).

SOUZAEAD
souzaeadrevistaacademica.com.br
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
JAN 2022 EDIÇÃO Nº 45

Nesse sentido, a contextualização no cotidiano do ensino da química tem essencial importância para a assimilação do conhecimento e compreensão dos fenômenos que cercam esses processos. O ato de se alimentar e inerente a sobrevivência do ser humano, estando, portanto, inserida cotidianamente na vida do estudante, inclusive no ambiente escolar. Atualmente, nota-se uma mudança no perfil e consumo alimentar dos indivíduos, em que os deixam nos estados de subnutrição é sobrepeso. Em se tratando de adolescente, o risco e maximizado devido o advento de alimentos do tipo fast food, consumo excessivo de alimentos energéticos e outros produtos processados SENA et al, (2020).

Seguindo a observação desses aspectos, o conhecimento da química vinculada pelos alimentos pode ser considerado fundamental para os estudantes. Por meio dos conteúdos de química, eles podem ser capazes de compreender a composição química dos produtos que consomem e refletir a respeito de seus hábitos alimentares sob a óptica da ciência. Dentro do atual modo de vida, é hábitos alimentares da população brasileiro, essa temática se apresenta como uma possibilidade de aplicação com grande importância para a assimilação de conteúdos da química, assim justificando o tema a ser abordado.

Essa pesquisa foi realizada de forma bibliográfica, tendo como base artigos e livros sobre o assunto a ser abordado, além de outras fontes como teses e monografias, a qual ofereceu subsídios para uma melhor assimilação do assunto, através da pesquisa teórica, para ser fundamentada em dados científicos.

2. A QUÍMICA DOS ALIMENTOS NO COTIDIANO, NO ENSINO E NA QUÍMICA.

Ao leva em consideração o novo modo que está sendo observado nas práticas de ensino, o uso de associações de novas formas de alimentação e nutrição podem ser trabalhadas, focando as funções dos alimentos e a sua relação com o tema de assuntos da química. o conteúdo de alimentação é abordado com temas dispostos na química e no consumo de alimentos. Com base nessas orientações, a pluralidade na interação dos assuntos alimentos,

ensino e química poderemos favorecer indagações sobre os conhecimentos das propriedades intrínsecas dos matérias dos cotidianos e o ensino de ciências, o que possibilitará o aprofundamento do estudo científico tecnológico sobre essas temáticas em todos os espaços que integram os estudantes.

3.COMPREENSÃO DE ASPECTOS DO ENSINO DE QUÍMICA PARA O COTIDIANO

A partir da compreensão do modelo e dos aspectos da Educação Básica, faz-se necessário refletir sobre conceitos que contribui tanto para o alcance dos objetivos educacionais quanto para atender o cotidiano que os alunos estão inseridos. Toda via que a Educação Química se apresenta como componente currículo importante para a formação dos alunos nas mais variadas esferas. Para tanto, destacam-se os debates sobre o papel dos temas e da contextualização como instrumentos a favor da formação dos alunos. A maior parte dos docentes entende a contextualização como uma descrição científica de fatos e processos do cotidiano que o aluno vivência. Devido a isso a contextualização tem como objetivo realizar ações buscando estabelecer as ligações entre os assuntos da educação formal ministrado em sala e o cotidiano do aluno ou de sua trajetória, durante e depois da assimilação do assunto, de maneira a facilitar o processo de ensino e aprendizagem pelo contato com o tema e o despertar do interesse pelo conhecimento com aproximações entre conceitos químicos e a vida do indivíduo SILVA et al, (2014).

A necessidade do ensino de química para formar o ser social apresenta fatores que relativos às influências da química na vida do estudante como cidadão, passando a exigir dele um mínimo de conhecimento químico para poder participar da sociedade tecnológica que é vivenciada atualmente. Devido esse princípio há uma necessidade de que o aluno adquirira conhecimento mínimo sobre os aspectos da química para venha compreender com maior clareza as relações entre os fenômenos que o cercam e suas relações com a sociedade. Dessa maneira, o ensino de química para capacitar o estudante compreende a

abordagem de informações químicas fundamentais que permitam ao mesmo contribuir de forma eficaz na sociedade. Isso implica que o conhecimento de fundamentos químicos aparece não como uma mera bagagem teórica, mas com intuito que vai além, que é desenvolver as habilidades básicas que caracterizam as ações dos cidadãos que são construídos MACENO & GUIMARÃES, (2013).

O ensino de química abrange uma série de situações em que o conhecimento químico é transmitido para as vivências do dia a dia do aluno; entretanto, para permitir uma abordagem com um caráter mais crítico da cidadania, existe a necessidade de problematizações mais profundas dos temas sacias do cotidiano WARTHA et al,(2013). A manifestação de mediações do conhecimento sobre a Química, pode ser veiculada por diferentes seguimentos que o cercam, como, os processos químicos naturais ou industriais, nos quais se insere um dos mais importantes que é a química dos alimentos.

A abordagem de conteúdos previstas no âmbito da educação química torna-se necessário elevar a essa disciplina de um conceito que visa a mera assimilação de resoluções de fórmulas e conhecer os elementos químicos para uma integralização, dos conceitos abordados como cita o Ministério da Educação BRASIL, (2006):

> ["...]a química deve ser apresentada estruturada sobre o tripé: transformações químicas, materiais e suas propriedades e modelos explicativos. Um ensino baseado harmonicamente nesses três pilares poderá dar uma estrutura de sustentação ao conhecimento de química do estudante especialmente se, ao tripé de conhecimentos químicos, se agregar uma trilogia de adequação pedagógica fundada em: contextualização, que dê significado aos conteúdos e que facilite o estabelecimento de ligações com outros campos de conhecimento; respeito ao desenvolvimento cognitivo e afetivo, que garanta ao estudante tratamento atento a sua formação e seus interesses; desenvolvimento de competências e habilidades em consonância com os temas e conteúdos ensinados.

Para MACENO E GUIMARÃES (2013), a Educação Química influencia os estudantes nas suas escolhas, de acordo com o seu conhecimento. A partir daí, consideram insuficientes que um aluno tenha que ser bom em aspectos da Química, um aluno que consiga ter um raciocínio científico, mas não explore os

limites da sua curiosidade, e consiga perceber o mundo a sua volta, mas sim que intenda e respeite a natureza, o meio ambiente, o homem, e tenham uma formação para além de técnica, que seja humana, que permita ser mais consciente e convivente, para uma boa saúde e uma visão política das mudanças do mundo. Os mediadores do conhecimento compreendem que um dos objetivos da Educação Química é um ponto de extrema significância na formação de um cidadão social que possa mudar a realidade que está posta para o bem, sendo esse então o princípio de suas atividades trabalhistas e sociais.

É importante conhecer as concepções dos estudantes sobre as temáticas abordadas, pois, toda a aprendizagem vem interferir num já-existente conceito que, mesmo que ele não esteja corroborando com os princípios científicos, serve como um sistema de explicação eficaz e funcional para as representações das vivências dos alunos com o assunto. A origem que desencadeou a ideia de representação é que a aprendizagem ocorre em cima de conhecimentos prévios, que ao longo da vida foram sendo assimilados, portanto, ensinar química não pode ser limitado ao fornecimento de informações, pois esses dados só serão eficazes se transformarem de modo prolongado as concepções dos alunos PAZINATO & BRAIBANTE, (2014).

4.PRINCIPAIS ASPECTOS DA QUÍMICA DE ALIMENTOS

Os alimentos são compostos orgânicos formados de uma diversidade de macro e micronutrientes, que tem sua estrutura longas cadeias, que sofre diferentes arranjos para desempenhar funções de acordo com as particularidades de cada componente. A compreensão da composição dos alimentos é um artifício bastante útil para entender as funções químicas. Como defende PAZINATO & BRAIBANTE (2014), em uma proposta de ensino através de Oficina Temática de Composição Química dos Alimentos em que os alunos conseguiram identificar as funções orgânicas através do estuda da química dos alimentos.

A Química Orgânica é uma das principais áreas que contempla a temática alimentos, pois o seu estudo é fundamental para intender a existência de inúmeros compostos que contém carbono em suas estruturas (foco de estudo da Química orgânica), uma vez que estes estão presentes nos componentes naturais que são indispensáveis para a vida, e para a manutenção e constituição de qualquer organismo vivo e suas reações. Mas atualmente ainda é muito presente uma didática apenas conceitual na escola com relação ao ensino de Química Orgânica, devido existir uma abordagem por parte dos professores desconectada do cotidiano do aluno e sem aplicações práticas.

Toda via que o ensino desta área da Química nas escolas deve ser abordado de forma mais dinâmica e contextualizada, para que possa despertar no aluno a curiosidade e o interesse sobre o assunto, trabalhando os aspectos teóricos e práticos CARVALHO et al, (2020).

A química de alimentos é uma das áreas que constitui a ciência da química e tem como principal fundamento o estudo dos componentes dos alimentos e suas interações, sendo, a água dos alimentos, os carboidratos, as proteínas, os lipídios, as vitaminas, os sais minerais, os pigmentos, além de, aditivos alimentares, métodos de conservação, reações envolvidas nos processos de fabricação e deterioração, riscos químicos, entre outros aspectos que se relacionam diretamente ou indiretamente com os alimentos.

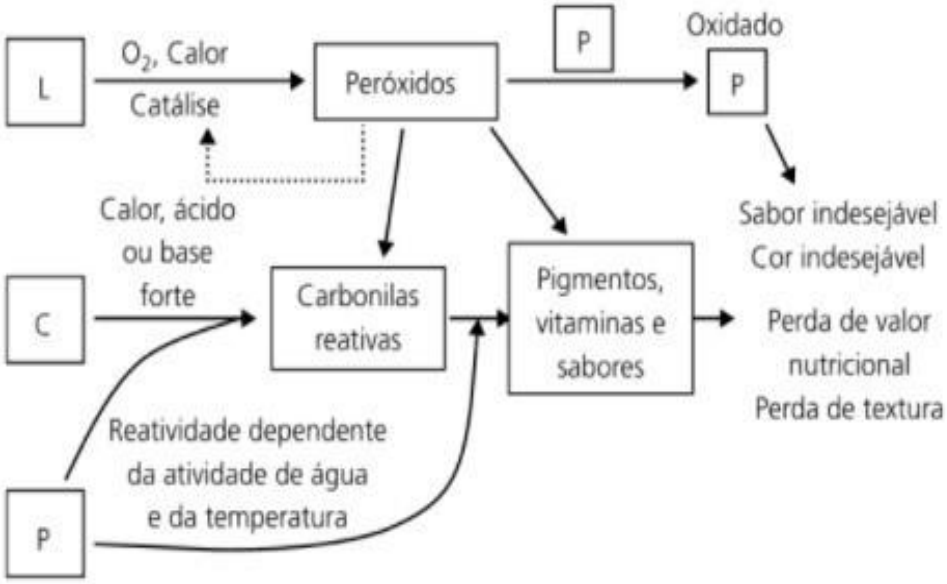
É possível identificar as relações das determinações moleculares das propriedades e reatividades químicas da matéria de matrizes alimentares, para a melhora de formulações, processos e estabilidade dos alimentos, a partir do entendimento desse conhecimento. Segundo DAMODARAN & PARKIN (2018) na abordagem da química em alimentos a quatro componentes que devem ser compreendidos: A determinação das propriedades, que são características importantes para a qualidades e segurança dos alimentos, identificação de reações químicas e bioquímicas que influencia de maneira relevante a perda da qualidade e salubridade dos alimentos, a compreensão de como os dois pontos anteriores se relacionam para intender como a reações químicas e bioquímicas

principais influenciam na segurança e qualidades dos alimentos, a aplicação desse conhecimento em várias situação da produção de alimentos.

O processo químico que envolve os alimentos, também estar presente na ingestão, tendo início quando se coloca o alimento na boca onde se dá início à quebra do amido, por amilases que são as enzimas responsáveis pela degradação da cadeia do amido presentes na saliva. Processo de digestão alimentar a nível de estômago tem-se a hidrólise das proteínas pela ação das pepsinas, ocorrendo a condição de absorção no intestino. No intestino delgado ocorre a finalização de todo processo da digestão onde açúcares que não foram degradados na boca, proteínas que não foram digeridas a nível gástrico e triglicerídeos, são todos digeridos a nível de intestino delgado cada um pela ação de enzimas específicas. Cada alimento além das macromoléculas, que são carboidratos, proteínas e lipídeos, tem as vitaminas, e sais minerais que também serão absorvidos a nível de intestino delgado no final do processo de interações químicas da digestão SOUSA & SILVA (2018).

Fator também onde é identificado as interações químicas que envolve os alimentos e no armazenamento onde as condições que eles são expostos que pode desencadear uma série de reações. A temperatura é a variável que mais impacta nas reações químicas dos alimentos (Figura 1), influenciando diretamente ou indiretamente todas as reações DAMODARAN & PARKIN, (2018, p11).

Figura 1. Resumo de como se dá as principais interações químicas dos componentes dos alimentos sob ação do calor.



*C, carboidratos; *P, proteínas; *L, lipídios.

Fonte: DAMODARAN & PARKIN, 2018, p-11.

5.QUÍMICA DE ALIMENTOS PARA O ENSINO DE QUÍMICA

No que tange a química presente nos alimentos, possibilitando explorar diversos conteúdos, identificando a importância e tendências do assunto que se deseja explorar de forma teórica e prática no dia a dia dos alunos, contribuindo no processo de ensino aprendizagem, sendo enfatizado aqui a contextualização proposta neste trabalho a importância do conhecimento sobre a química que envolve o universo dos alimentos.

Segundo PURCARI (2018) é cabível reforça que “no primeiro momento a intervenção do professor deve instigar a curiosidade sobre o tema proporcionando desafios a esta problematização”. No processo que visa o ensino aprendizagem é possível identificar que a química de alimentos pode propor toda uma temática sobre a composição química, importância dos principais nutrientes, rotulagem nutricional, conservação, armazenamento. Mas também é viável uma proposta de ensinar fundamentos químicos usando alimentos, seja

demonstrando um processo, uma reação e outro tipo de fenômeno que os cercam.

A água que desempenha diversas funções por ser uma substância usada como referência devido as características das suas propriedades e estar presente, em maior ou menor grau, em todos os alimentos pode ser tema explorado para os ensinara vários conceitos e fenômenos da química. O estudo da água e um dos pilares para intender os fundamentos da tecnologia de alimentos devido suas propriedades físicas e químicas, a sua influência nos processos tecnológicos, conservação e as reações que transformam os alimentos. Como é citado por RIBEIRO & SERAVALLI (2007) as propriedades da água são atribuídas em decorrência da estrutura de suas moléculas e a sua habilidade de formar pontes de hidrogênio com outras moléculas de água, ligações polares com outros compostos químicos polares e por ser um solvente universal.

A forma de apresentação da química de alimentos, no ensino se aplica como metodologia didático pedagógica com um reflexo positivo por trazer a vivência das transformações que os estudantes presenciam diariamente ao longo das suas refeições, aspectos relatados por PAZINATO & BRAIBANTE, (2014), através da aplicação de oficina temática sobre a Composição química dos alimentos para identificar nos dados obtidos indícios de sua contribuição na aprendizagem química. Onde afirmam que o ensino de química é favorecido com a utilização da temática alimentos e da proposição metodológica oficina temática, sendo essa uma alternativa ao ensino tradicional para os professores do ensino médio que buscam aperfeiçoar sua metodologia de ensino.

KOSCIANSKI (2013), em pesquisa tendo como objetivo o estudo de Ligações Químicas de alimentos industrializados que são considerados como Junk Food (é uma expressão usada para se referir a alimentos industrializados com alto teor calórico, mas com pouco valor nutricional), por meio do reconhecimento das substâncias químicas presentes nos rótulos, que teve como foco o estudo de ligações iônicas e covalentes. Onde obteve como resultado que

o tema promover as inter-relações dos aspectos da ciência, tecnologia e sociedade. Além de promover a valorização do conhecimento científico extrapolando as barreiras da sala de aula para o contexto social dos educandos. Segundo o autor as atividades proporcionaram a assimilação das relações entre os conteúdos escolares e os aspectos cotidianos dos alunos, facilitando a compreensão do conteúdo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conteúdo explorado no trabalho demostrou que a integralização dos conteúdos do cotidiano dos estudantes é uma ferramenta que explicitamente serve de guia para o ensino de química, de maneira geral a contextualização de assuntos que visa explora o conhecimento de bagagens vivenciadas no dia a dia. Para torna possível que o aluno fique na situação de construtor do próprio conhecimento.

Explorar a Química usando os alimentos como tema de referência pode tornar a aprendizagem mais prazerosa e estimuladora, cabe ao professor garantir uma aprendizagem mais sólida dos conceitos. Os alimentos sempre despertam o interesse das pessoas, seja porque dele depende a manutenção da vida, hábitos culturais e sociais, seja porque é uma área que estar em constante desenvolvimento e sempre é pauta de debates.

O ensino de química através dos alimentos tem um importante papel pois possibilita explorar diversos conteúdos e conceitos, identificando a importância e tendências do assunto e como ele influencia no aprendizado, contribuindo com a formação social dos indivíduos, pelo fato do conhecimento sobre as interações químicas dos alimentos servi de guia para a escolha dos alimentos que devem ser consumidos, a partir do entendimento de como todas as condições e interações dos alimentos afetam as suas características e como impacta o conhecimento do cotidiano e vivências sociais.

Portanto, a abordagem de conteúdos previstas no âmbito da educação química torna-se necessário e de grande importância para elevar a disciplina de um status de mera memorização de fórmulas e elementos químicos para uma contextualização, dos assuntos. A química dos alimentos tem um leque de possibilidade que torna a temática apta para o ensino de química, podendo ser utilizada das mais variadas formas que torna a aprendizagem mais dinâmica e contextualizada. O ensino só terá significância no sentido se o uso da química dos alimentos, se fundamentar em práticas didático pedagógicas, usadas para dar significado na interação da teoria com a aplicação prática do cotidiano.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Orientação curriculares nacionais do ensino médio: ciências da natureza, matemática e suas tecnologias. V. 2, Brasília, 2006.

CARVALHO, P. S. et al. Simulador “PhET” como estratégia de ensino em conteúdo de química orgânica. Série educar metodologias, Editora Poisson, V. 13, p, 47-55, Belo Horizonte, 2020.

DAMODARAN, S. PARKIN, K. L. Química de Alimentos de Fennema. ARTIMED EDITORA LTDA. 5° Edição, P. 1120, Porto Alegre- RS, 2018.

KOSCIANSKI, P. V. A química na Junk Food: uma proposta para o ensino de ligações químicas por meio do enfoque em CTS. Ponta Grossa: UTFPR, 2013.

LIVEIRA, G et al. (2012). O uso da cotidianização como ferramenta para o ensino de Química Orgânica no ensino médio. In: Encontro Nacional de Educação, Ciência E Tecnologia / UEPB ,1 ,11-14 nov. Campina Grande. Anais.

MACENO, N. G.; GUIMARÃES, O. M. A Inovação na Área de Educação Química. Química Nova na Escola. Vol. 35, n° 1, p. 48-56, fevereiro 2013.

PAZINATO, M. S. BRAIBANTE, M. E. F. Oficina Temática Composição Química dos Alimentos: Uma Possibilidade para o Ensino de Química. Quím. nova esc. Vol. 36, N° 4, p. 289-296, São Paulo, NOVEMBRO 2014.

PURCARI C. A. Contextualização da Química Através dos Alimentos. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação Especialização em Educação: Ensino de Ciências. Monografia de Especialização, 51p, 2018.

SENA, V. G. V. B. et al. A química dos alimentos: Propostas de transversalidade para o ensino de química no ensino médio. Série educar metodologias, Editora Poisson, V. 13, p, 38-46, Belo Horizonte, 2020.

SILVA, R. et al. Concepções dos licenciandos em química acerca de ensino, aprendizagem, avaliação e contextualização no ensino de química. 12 SEPEQUIM, sustentabilidade no ensino. 06 a 08 de agosto, 2014. Disponível em: https://abq.org.br/simpequi/2014/trabalhos/90/4137-18381.html. Acesso em: 23 de setembro de 2021.

SOUSA, R.F. SILVA, A.M. A Importância da Química dos Alimentos para a Saúde do Ser Humano. 58º Congresso Brasileiro de Química. Química, Sociedade e Qualidade de Vida. Centro de Eventos Paulo Freire da UFMA. 2018. Disponível em: http://www.abq.org.br/cbq/2018/programa.html. Acesso em: 04/10/2021.

WARTHA, E. J. et al. Cotidiano e Contextualização no Ensino de Química. Química Nova na Escola. Vol. 35, n° 2, p. 84-91, maio 2013.

SOUZAEAD
souzaeadrevistaacademica.com.br
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
JAN 2022 EDIÇÃO Nº 45

DESENVOLVENDO A PSICOMOTRICIDADE NOS AMBIENTES DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Machado, Sandra Lia Ribeiro[2]

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é mostrar que a psicomotricidade se faz necessária para o desenvolvimento nos processos de ensino de aprendizagem; estabelecendo assim, ações pedagógicas no processo educativo, e é por meio destes fatos que ocorrem na vida da criança, na escola é que notamos o quanto acontece seu desenvolvimento. Foi possível aprender com está pesquisa a qualidade da psicomotricidade em relação ao aluno com necessidades especiais. A escola deverá conduzir, estimular a aprendizagem para isso a sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado) por sua vez age de forma terapêutica devendo fazer um trabalho de aproximação desta clientela através de questões emocionais, afetivas, psicológicas e psíquicas, que deverão realizar no trabalho psicomotor, elaborando os conceitos e experiências no dese4nvolvimento da criança e ou adolescentes. A psicomotricidade é importante para que exista a consciência dos movimentos tornando – se um todo quando suas ações forem expressadas por seus movimentos.

PALAVRAS CHAVE: Psicomotricidade; Desenvolvimento; Educação Inclusiva.

1.INTRODUÇÃO

A psicomotricidade se faz necessária para as crianças e adolescentes pois, através dos movimentos, eles poderão expressar seus sentimentos emocionais, afetivos e psicológicos no ambiente escolar.

Na Grécia, antigamente, já existia a preocupação em compreender os movimentos humanos, a educação via vantagens na beleza e agilidade em ser aprendiz. A psicomotricidade surgiu pela necessidade de entender os movimentos e registrar. Em 1960, já existia a ansiedade em como preparar os

[2] Magistério pelo Instituto Estadual de Educação Princesa Isabel- Cachoeirinha/RS. Graduada em Licenciatura de Pedagogia. Pós graduada em Educação Especial e Inclusiva e, Neuropsicopedagogia institucional e escolar - FaSouza. E-mail = sandralrm66@gmail.com

docentes para a prática da educação psicomotora, nos anos iniciais. Para buscar maior domínio da necessidade do trabalho corporal, integrando mente e corpo, dominando os seus movimentos, os conceitos de psicomotricidade foram apresentados em busca de melhor expressão corporal e desenvolvimento intelectual.

A inexistência de um trabalho psicomotor, pode influenciar, de forma negativa, no grau do desenvolvimento global da criança com necessidades especiais, o qual poderá apresentar problemas de: linguagem, postura, escrita, social e, poderá apresentar outras dificuldades na parte da educação. O uso da psicomotricidade contribuirá nas soluções de problemas de aprendizagem e, durante o desenvolvimento das atividades, deve ser incluso atividades que instiga o desenvolvimento motor e o emocional da criança. Este recurso é essencial para melhorar a qualidade de ensino, para esta clientela, (alunos com necessidades especiais).

Para a associação brasileira de psicomotricidade, a definição de psicomotricidade se revela na ciência que tem como objetivo, o estudo do corpo em movimento e, nas relações com o mundo interno e externo do indivíduo. ABP(1982, P.5). tem o propósito de organizar o cognitivo da criança através das atividades diversas específicas e, auxiliar na construção de sua personalidade. Pode ser executado atividades em que instiga o andar, o pular até mesmo o colorir.

Trata-se do uso de um método preventivo de déficits na aprendizagem e também no desenvolvimento motor, além de auxiliar na construção de sua personalidade, organiza o cognitivo da criança, através de execuções de atividades onde trabalham desde o andar, o pular até mesmo o colorir.

Nos anos iniciais, a psicomotricidades tem uma grande participação pois contribui no trabalho a de expressão e relaciona diretamente com o corpo da criança em desenvolvimento sendo todas as etapas do processo de crescimento.

Este estudo ressalta a atividade sobre a psicomotricidade com crianças e adolescentes, desta forma deverá prevenir a formação indispensável no

desenvolvimento apresentando oportunidades para que por meio de jogos e outros tipos de atividades lúdicas esta clientela perceba – se sobre seu corpo. Por meio disso a criança poderá ter um crescimento educacional, mostrando suas preferencias, aptidões, percebendo seu comportamento psicomotor.

O acompanhamento da psicomotricidade do docente é de suma importância pois isto apresentará importantes consequências em seu desenvolvimento na criança.

A contribuição da psicomotricidade, nos anos iniciais, é de grande significância pois, é trabalhada de maneira expressiva e relaciona diretamente com o corpo da criança, desenvolvendo assim, mais profundamente, todas as etapas do processo do desenvolvimento. As crianças, através das atividades, se divertem e irão aprender a criar, inventar, e a se relacionar melhor com as pessoas ao entorno.

Este artigo irá ressaltar o trabalho da educação psicomotora com as crianças, deste modo, deverá prever a formação de base indispensável no desenvolvimento motor, afetivo e psicológico, dando oportunidades para que por meio de jogos e atividades lúdicas, essa clientela se conscientize sobre seu corpo. Através dessas atividades lúdicas, a criança desenvolve suas aptidões perceptivas como meio de ajustamento do comportamento psicomotor.

É inegável que a falta de um acompanhamento da psicomotricidade acarreta consequências importantes ao desenvolvimento da criança. A lateralidade, quando pouco trabalhada no aluno, pode causar problemas de ordem espacial, por exemplo, o uso dos termos direita e esquerda fica prejudicada.

O infanto, apresenta certa dificuldade para acompanhar a direção gráfica de leitura e escrita. Outro problema, é o fato de a criança encontrar obstáculos quanto ao entendimento na distinção de letras específicas como p e b, entre vários transtornos que podem aparecer no período pré-escolar. Os motivos pelos quais alguns alunos não seguem os demais colegas, podem ser vários e, podem estar relacionados com problemas pela falta de capacidade intelectual

ou, pela desatenção, falta de disciplina entre outros, entretanto, quando não observados, viram empecilhos na aprendizagem.

De acordo com OLIVEIRA (1997):

> os exercícios psicomotores realizados coletivamente ou individualmente têm por objetivo auxiliar a criança a vivenciar melhor seu corpo; adquirir e melhorar suas habilidades motoras, desenvolvimento do esquema corporal, orientação espaço-temporal, ritmo, equilíbrio dentre outras. (OLIVEIRA, 1997).

A lateralidade é um dos casos que é pouco trabalhado com o aluno.

Podendo causar problemas da ordem espacial, por exemplo: Usando termos direita e esquerda fica prejudicada. A criança fica com dificuldades de acompanhar a direção gráfica de leitura e escrita. Outro obstáculo encontrado, é o reconhecimento das letras p e b, entre outros vários transtornos, os quais poderão surgir durante o período escolar.

Nota-se que, muitos dos estudantes são incapazes de acompanhar a realização das atividades dos demais colegas, dentro de sala. São diversos motivos para a incapacidade intelectual, falta de atenção, indisciplina que se não forem corrigidas, observadas poderão se tornar futuramente obstáculos na sua aprendizagem.

2. A PSICOMOTRICIDADE

A psicomotricidade está ligada ao procedimento de amadurecimento biológico, a qual serve como base para três conhecimentos básicos: O movimento; o intelecto e o afeto. O movimento humano se trata de um ato motor, que poderá ser uma conduta motora e, como poderá ser trabalhado a motricidade. De acordo com FONSECA (1998):

> O movimento na criança não é um meio isolado de adaptação, mas sim um elemento do todo, que constitui a sua expressão humana em desenvolvimento, como resultado da sua integração social progressiva (FONSECA, 1998).

Portanto, a palavra psicomotricidade é usada em uma compreensão de movimento, que poderá ser organizado e conectado; ensaios vivenciados pela criança ou adolescente será responsável direto pelo seu aprendizado, sua linguagem característica, e assim sua relação interpessoal.

A linguagem não verbal, manifestada pelo movimento do corpo, pode expressar muitas coisas, assim, o corpo torna-se um cento de informações acerca da linguagem verbal e, a enriquecendo, conforme explica WEIL (1986)

O incremento da linguagem e de sua personalidade manifestará junto com os aspectos cognitivos, psicológicos, afetivos e motores na busca do seu desenvolvimento integral. COSTE (1992) relata que: “a evolução da criança não se realiza de um modo regular e progressivo, mas, por saltos qualitativos, que se seguem por períodos de lenta maturação e ainda, podem ser sucedidos por rupturas.” Enfim, são algumas fases a serem vencidas para atingirem a aprendizagem.

A psicomotricidade tem como objeto, estudar os movimentos do homem em relação ao seu ambiente. É um modo prevenir dificuldades na aprendizagem e também no seu desenvolvimento motor, além de auxiliar sua personalidade, formar o cognitivo da criança, através de atividades que estimulem, onde possam trabalhar; andar, correr, pular e colorir. O processo do desenvolvimento infantil poderá ser facilmente introduzido usando atividades psicomotoras que irão encorajar o equilíbrio, coordenação motora, esquema corporal e diversas expressões a partir dos movimentos ela poderá ser usada para obter o desenvolvimento físico e psicológico das crianças.

Nos anos iniciais, a psicomotricidade tem uma grande contribuição pois, neste período, é trabalhado de modo expressivo e com bastante significado. Estabelece relação, diretamente, com o corpo da criança e ou adolescente, elaborando todas as etapas do processo do desenvolvimento, aprendendo a criar, inventar e relacionar-se socialmente.

SOUZAEAD
souzaeadrevistaacademica.com.br
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
JAN 2022 EDIÇÃO Nº 45

2.1 A PSICOMOTRICIDADE NA ESCOLA

Muitas das famílias não têm noção da importância do desenvolvimento psicomotor na estrutura da aprendizagem escolar, para a criança iniciante no ambiente escolar inclusivo.

Acompanhamento de trabalhos pedagógicos, com alunos em processo de inclusão, através de trabalhos feitos em relação a psicomotricidade e, com o processo de construção de aprendizagens dos alunos, no que se refere ao ganho de habilidades motoras poderão, paralelamente, exercer o desenvolvimento do cognitivo e o afetivo dos alunos, principalmente, com déficit intelectual. Assim, é possível destacar a importância dos sentimentos na fase do conhecimento da criança e ou adolescente, pois, na falta desta fase, poderá ocorrer um certo desajuste e falta de coordenação, podendo desencadear reações negativas como: agressividade, mau humor, apatia, originando sérios problemas de motricidade através do comportamento, para os alunos de inclusão o conhecimento de seu corpo é mais difícil, por apresentarem déficits cognitivo e dificuldade abstração não localizam ou confundem partes do corpo.

Devemos trabalhar com os alunos para que no ambiente escolar exista o social, auxilio da turma, com os colegas que não conseguem acompanhar normalmente a turma, o professor, ter apoio e auxilio pedagógico para resolver as dificuldades, sempre respeitando as diferenças de cada um.

Segundo LE BOULCH (2004):

> é através da experiência que são realizados os ajustes psicomotores. Os ajustes psicomotores referem-se à evolução e adequação dos esquemas que favorecem a percepção do próprio corpo e o controle mais eficiente dos movimentos.LE BOULCH, 2004, p. 58).

A psicomotricidade realiza, terapeuticamente, questões emocionais do corpo, revelando no trabalho psicomotor, elaborando conceitos e vivências que possam tornar-se dificuldades no desenvolvimento do aluno ou grupo.

A escola tem o papel de conduzir e estimular a aprendizagem, hoje, sabemos da importância do papel pedagógico, educador, social.

FONSECA (1987) afirma que:

> [...] a ausência de espaço e a privação de movimento é uma verdadeira talidomida da atual sociedade, continuando na família (urbanização) e na escola. A não-aceitação da necessidade de movimento e da experiência corporal da criança põe em causa as atividades instrumentais que organizam o cérebro. (FONSECA (1987, p. 21).

Hoje em dia, o uso constante da tecnologia tem reduzido o ato de brincar e de promover inter-relacionamentos na educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e com isso, a criança e ou adolescente perdem uma das mais importantes fases das descobertas de aprendizagem, sejam em relação com elas mesmas ou, com um grupo social.

Nota-se que, atualmente, as crianças permanecem horas sozinhas em frente de celular, computador e ou televisão, não sabem brincar com corda, não sabem subir em árvores, mas, possui uma ótima habilidade para manusear jogos de vídeo game, computador, celular e, suas brincadeiras são solitárias e sem estimulação motora.

Percebe-se com isto que, a educação psicomotora precisa estar vinculada a um projeto com maior amplitude de educação, sendo necessários fundamentos sólidos, que trabalhem uma prática educativa melhores engajadas na adoção de uma pedagogia associada em atividades que correspondem aos processos de desenvolvimento psicológicos.

Aos educadores, cabe oferecer atividades diferentes e criar ambientes mais atraentes, ricos, desafiadores. Um dos caminhos mais atrativos para as crianças e até os adolescentes são as brincadeiras no qual oferece o desenvolvimento cognitivo, prazeroso descobrindo o mundo através da exploração do corpo da criança e do adolescente sendo que este tema deverá ser respeitando e estimulando sua individualidade como ser único permitindo sua autonomia e é pelas suas ações, atitudes que se dará suas descobertas e suas preferências para poder adquirir, ela precisa vivenciar as experiências para poder ganhar consciência dos esquemas corporais e assim terá sucesso no seu desenvolvimento.

Conforme as concepções na educação, se for autônoma em relação a sociedade, deverá ser construída igualmente e, sua função é de reforçar.

A primeira concepção de teorias não críticas, busca compreender a educação a partir dela mesma.

A segunda de teorias "Critico Produtivas" ela se empenha em compreender a educação enviando sempre aos determinantes sociais (Função básica da educação).

3. A RELAÇÃO DA PSICOMOTRICIDADE, EDUCAÇÃO FÍSICA E A LIBERDADE DE CONCEITOS

Para LAPIERRE E AUCOUTURIER (1986), a escola fabrica inadaptados, uma vez que ao invés de aceitar a dinâmica do desejo e de ajudála a evoluir, ela recusa-se e culpabiliza-se e, constrói o sistema de inadaptados contrariando a necessidade de induzir a evolução na aprendizagem.

Os autores dizem que, é preciso criar uma situação dentro da qual se fechou o ensino, o qual apresenta falsas situações precoce e, que a segregação do ensino é uma adaptação das reeducações exclusivas. Soluções que, só resultam em fracassos, isso é muito grave na educação, o pensamento da escola tradicional é inadequado o saber.

Fazendo parte das estruturas institucionais da escola, os obstáculos para a educação de base psicomotora, são consideradas estruturas segregativas e eletivas pois, limitam a evolução psicopedagógica. A outra resistência é da parte da criança e ou do adolescente, na presença da pedagogia normativa, limitada que quer fazer com que a criança e ou o adolescente se submeter ao julgamento do adulto.

LA PIERRE E AUCOUTURRIER (1986) se afastaram em relação ao ensino tradicional, intelectual, problemática e verbal.

Os autores, em um determinado momento, atribuíram uma etapa epistemológica e notam o fracasso escolar. Para chegar em uma pedagogia de

respeito e da descoberta, foi preciso vivenciar uma ação corporal e motora. Somente durante o recreio que a criança e o adolescente são permitidos a agir livremente, com direitos a serem criativos e os professores, observam sem a obrigatoriedade de intervir.

No processo de aprendizagem, fica evidente a importância da psicomotricidade e, não a aceitar o uso da mesma, é tirar de nossos alunos o direito ao desenvolvimento total.

Devemos lembrar que, este artigo é sobre a psicomotricidade nos ambientes escolares e surge um questionamento; A escola pública está preparada para receber este tipo de aluno com essa necessidade especial? A maioria das crianças estudam em escola pública, e fica explicito qual é a verdadeira realidade, estrutural da sociedade se confirmando dentro de qualquer escola pública.

De acordo com SAVIANI (2008), há na maioria dos países da América Latina, o problema da marginalidade, no qual as teorias educacionais concebem a educação ora como sendo um instrumento de equalização social, portanto, de superação da marginalidade, ora como um instrumento de discriminação social, logo, um fator de marginalização.

Os objetivos, despertar para o prazer de aprender a aprender; potencializar a capacidade de criar e recriar situações de aprendizagem; ampliar a capacidade de comunicação; prevenir dificuldades relacionais, emocionais, motoras e de aprendizagem; incentivar a autoestima e facilitar a socialização; liberar as tensões e o stress contido nas relações. Fazem parte do público alvo: os próprios educadores, alunos, pais de alunos e funcionários. Estratégias de Desenvolvimento constituem-se através de (Utilização do setting (ambiente) e material clássico da Psicomotricidade Relacional). A intenção da escola é propiciar que o aluno vença suas dificuldades para, assim, tornar-se livre para aprender (aprendizagem) e para viver (vida).

4. PSICOMOTRICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

As crianças poderão melhorar seus movimentos com auxílio dos profissionais da educação física na escola. Foi notado que seria necessário, desde a educação infantil, algo que abordasse o ensino, sua função, localização e descrição também do ensino fundamental, conforme descreve a LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional), promulgada em 20 de dezembro de 1996, a qual vigora desde sua publicação em 23 de dezembro do mesmo ano.

A educação inclusiva deverá ser de qualidade para todos, independente de gêneros, raças e cor. É um direito de todos, entretanto, deve ser considerado as possibilidades dos alunos que tenham oportunidades de desenvolvimento, pois, devem ser respeitado suas condições cognitivas, afetivas e sociais.

Pessoas com necessidades especiais deverão ser respeitado, ter o auxílio para o ganho do desenvolvimento e, ter acesso aos demais espaços sociais.

Segundo LIBÂNEO (1999):

> A didática é a reflexão sobre a situação da educação, é o planejamento e a organização do ensino. A didática é uma forma de ensinar e através dessa forma a educação física encontra meios para transmitir ao aluno como se aprende e se ensina as técnicas e as regras de determinado jogo. (LIBÂNEO, 1999).

O docente é um incentivador ao aprendizado da criança, fazendo que ele busque mais conhecimento e trocando com seus pares.

Existe quatro pilares importantes na educação, sendo eles: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a conviver e, aprender a ser. Os pilares da educação devem ser princípios seguidos pelo docente para que o próprio aluno possa produzir esses valores. O uso de uma boa metodologia de ensino, proporcionará o conhecimento aludindo ao conteúdo proposto e a capacidade de socialização, assim discorre IBID (1999).

A educação, dentro da escola, deverá ser desenvolvida através dos quatro pilares da educação aprendendo, conhecendo, estudando, pesquisando, para que com isso possamos tirar proveito em conhecimento adquirido, tendo domínio de seus próprios instrumentos de conhecimento.

Conforme DELORS (1999), esclarece acerca do desenvolvimento da educação dentro da escola e, o qual se relaciona em quatro pilares da educação como:

> Aprender a conhecer: a partir do momento que aprendemos a conhecer é que iremos tirar proveito do nosso conhecimento adquirido, através dos nossos estudos e a partir daí que iremos tentar mobilizar a nossa sociedade sobre os nossos conceitos e valores.Delors (1999).

Dispor-se do domínio da informação, pode ser considerada como um modo de fazer com que os indivíduos entendam os acontecimentos do seu entorno. Para além, no pilar da educação, aprender para conhecer, exercita a atenção, a memória e o pensamento.

O objetivo é reunir as crianças em grupos e, entre si, prepara-las para o convívio social, onde juntas poderão enfrentar conflitos aprendendo a falar e explanar e, dessa forma, os estudantes apresentarão facilidade de fazer o que ambiciona, não de forma profissional, mas de forma rotineira. Se faz necessário que, cada pessoa aprecie ou, aceite a si mesma, para depois, se relacionar com os outros. No pilar da educação, o aprender a ser ressalta que alcançar a liberdade, permite conhecer os nossos direitos e deveres como cidadão, portanto, devemos usufrui-la. A educação coopera para a conscientização da responsabilidade social e para a inteligência e, na sua juventude, o ser humano possui a competência de pautar os seus próprios juízos de valores.

MORIN (2000) colabora ao retratar que, o aprofundamento da visão transdisciplinar, na educação, mostra que o conhecimento não pode ser apreendido como um instrumento completo e finalizado.

A humanidade providenciará a melhor forma de se ter uma educação qualificada e, envolver e conseguir a cidadania. Carece formar cidadãos que incitam a conscientização para a ética moral, formação do caráter de integração do indivíduo, sociedade e espécie.

Para apreensão do corpo humano, busca-se informações anatômicas, fisiológicas, biomecânicas e, faz-se o julgamento crítico das instruções de atividades físicas, estabelecendo a pratica correta. O corpo é um organismo

interligado, que conecta com o meio físico e cultural, que experimenta a aflição, pavor, contentamento, tristeza, deleite, etc. Ao refletirmos acerca da edificação das diversas informações, como sendo um método ininterrupto, não linear, observa-se que o processo de aquisição da informação sobre o próprio corpo fica subordinado aos valores culturais constituídos no momento histórico em que convivemos, às influências da mídia e de outras culturas que posicionem sentido e significado com a cultura local, mesmo que seja abrigado pela própria indústria do consumo por meio dos meios de comunicação social.

Com o estudo sobre o desenvolvimento psíquico da criança, Henri WALLON (1968) afirmou que restaurou o exemplo de análise ao refletir o desenvolvimento humano. Deste modo, as etapas do Desenvolvimento Humano segundo WALLON (1968) podem ser:

> Impulsivo-emocional: acontece no primeiro ano de vida. A predominância da afetividade orienta as primeiras reações do bebê às pessoas, às quais intermediam sua relação com o mundo físico; Sensório-motor e projetivo: que vai até os três anos. A aquisição da marcha e da apreensão, dão à criança maior autonomia na manipulação de objetos e na exploração dos espaços. Também, ocorre o desenvolvimento da função simbólica e da linguagem. O termo projetivo refere-se ao fato de a ação do pensamento precisar dos gestos para se exteriorizar. O ato mental "projeta-se" em atos motores; Personalismo: o interesse da criança cresce mediante ao desenvolvimento de sua consciência aumentando seu apego com outras pessoas mediante as interações sociais. Categorial: os avanços intelectuais guiam a criança para as coisas, de seu interesse para o conhecimento e conquista do mundo exterior; Predominância funcional: Quando ocorre mudanças hormonais, desestrutura a personalidade onde ocorre nova definição dos contornos. Questões pessoais, morais e existenciais são trazidos à tona. WALLON (1968)

No decurso de estágios, existe um vai e vem entre aos modelos da pratica das atividades e de interesses da criança, designada de "alternância funcional", onde cada fase dominante (de dominância, afetividade, cognição), agrupa as aquisições concretizadas pela outra etapa, edificando-se mutuamente, num constante procedimento de conexão e distinção.

WALLON (1968) propõe que o ser humano, de acordo com a genética social e a própria natureza humana, constitui num processo de interação interpessoal e intercultural, incumbindo ao corpo um papel básico.

WALLON (1968) ainda ressalta que:

> É através da função tônica do movimento, principalmente no seu aspecto de motricidade expressiva da mímica, inteiramente ineficaz do ponto de vista instrumental (não faz transformações diretas ao ambiente físico, mas é extremamente relevante sobre o meio social), que o indivíduo age sobre o outro. WALLON (1968)

A motricidade inicia-se socialmente, em seguida, se torna meio físico, o indivíduo passa por um longo período de atrelamento, para posteriormente, se tornar autônomo.

4.1 O ENSINO FUNDAMENTAL E A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO E O ECA - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Segundo a LDB(1996), a educação alcança os procedimentos formativos que se desenvolvem através do convívio em família, na coexistência humana, nos locais de trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Existe um grupo de pessoas que confiam que o objetivo principal da educação, com base no artigo 22 da LDB, é desenvolver os estudantes, para tanto, busca afiançar o exercício da cidadania, aprovisionando meios para eles prosperarem no trabalho e nos estudos porvindouros.

Conforme o artigo 32 da LDB(1996), o ensino fundamental é obrigatório, com duração de 9 (nove) anos gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo e, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O estatuto da criança e do adolescente procura avalizar a efetivação dos direitos alusivos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes brasileiras. Buscando garantir que nenhuma criança ou adolescente seja elemento, de qualquer forma, de descuido, discriminação, opressão, agressão, brutalidade e exploração. Penitenciado na forma da lei, qualquer atentado por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. De acordo com o artigo 15 do ECA(1990) a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Portanto, CASTRO (2009) aborda que as escolas de ensino fundamental precisam garantir esses direitos aos seus educandos em consonância com o que diz o artigo 16, quando cita o direito à liberdade, com base nos seguintes aspectos:

> Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; Opinião e expressão; Crença e culto religioso; brincar, praticar esportes e divertir-se; participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; participar da vida política, na forma da lei; Buscar refúgio, auxílio e orientação. CASTRO (2009).

O ECA (1990)nos alerta que não é dever só da escola assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos deles, zelando sempre pela dignidade, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. E cabe ao Estado assegurar à criança e ao adolescente: Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

Atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

E para finalizar todos deve saber que, as crianças e os adolescentes têm direito à informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se então, que precisa existir entre os aspectos cognitivos e psicomotores uma maior conformidade para o ganho no desenvolvimento da criança e adolescente com necessidades especiais, as quais poderão ter uma diminuição das dificuldades adquiridas no ambiente escolar e, a possibilidade de obter um aprendizado satisfatório, quando inseridas numa escola inclusiva, a qual propõe um trabalho bem elaborado e interdisciplinar. Destaca-se que, a pratica da conscientização corporal beneficia o afetivo e emocional, o ato de ser espontâneo, a capacidade de se socializar, a organização perceptiva, o acatamento às regras, alcançando assim, o apoio para a aquisição do desenvolvimento absoluto da criança.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOMOTRICIDADE. O que é psicomotricidade. Disponível em: https://psicomotricidade.com.br/. Acesso em: 03 de setembro de 2020.

CASTRO, JN; COUBE, RJ; SOUZA, IN; SEGTOVICH, MFR; SOARES, AS; GUIMARAES, AR. A aplicação das teorias da psicomotricidade no ensino fundamental. Revista digital- Buenos Aires. Ano 13. N° 128. Enero 2009.

Disponível em https://www.efdeportes.com/efd128/a-aplicacao-das-teorias-dapsicomotricidade-no-ensino-fundamental.htm; acesso em 2020.

COSTE, J.C. A Psicomotricidade. Traduzido. 4ª ed. 1989.

DANTAS, H. A afetividade e a construção do sujeito na psicogenética de Wallon. In LA TAILLE, Yves de. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. Yves de La Taille, Marta Kohl de Oliveira, Heloysa Dantas. São Paulo: Summus, 1992.

DELORS, J. Educação: Um Tesouro a Descobrir. São Paulo, Cortez, 1999.

FONSECA, V, MENDES, N. Escola, escola, quem és tu? Perspectivas psicomotoras do desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artes Médicas; 1987.

FONSECA, V. Manual de Observação Psicomotora. São Paulo: Artmed, 1998.

LAPIERRE & AUCOUTURIER. A Simbologia do Movimento: Psicomotricidade e Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

LE BOULCH, J. O Desenvolvimento Psicomotor: do Nascimento aos 6 anos. 2004. Porto Alegre: Artes Médicas.

LEI FEDERAL Nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

LEI FEDERAL Nº 9.394, de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

LIBÂNEO, J. C. Didática (magistério 2, formação do professor). São Paulo, Cortez, 1999.

MORIN, Edgar. Os Sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo, Cortez, 2000.

OLIVEIRA, G. C. Psicomotricidade: Educação e reeducação um enfoque psicopedagógico. 3ªed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção educação contemporânea).

SILVA, Andreza Cristina Gomes. Inclusão: a psicomotricidade como auxilio na educação.

WALLON, H. A evolução psicológica da criança. Lisboa, Persona/Martins Fontes, 1968.

WEIL, Pierre & TOMPAKOW, Roland. O Corpo Fala: a linguagem silenciosa da comunicação não-verbal. 60ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SOUZAEAD
souzaeadrevistaacademica.com.br
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
JAN 2022 EDIÇÃO Nº 45

POSSIBILIDADE EM APLICAR A TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA AOS CRIMES DE RECEPTAÇÃO

ALEXANDRE, Frederico Oliveira.[3]
GUILARDUCCI, Tardiane Costa Neiva[4]

RESUMO

O presente artigo, procura esclarecer a Teoria da Cegueira Intencional ou deliberada, chamada também de Teoria das Instruções a Avestruz, teoria que esclarece que o indivíduo de maneira consciente e reprovável finge não vislumbrar aquilo que está escancarado na frente de seus próprios olhos, para que aufira e se beneficie dos resultados de um possível e provável ilícito que esteja sendo praticado por ele. O trabalho busca por meio do conceito e da origem, bem como através de sua evolução histórica em âmbito penal ao redor do mundo, estabelecer quais são os elementos necessários mínimos para que sua correta aplicação possa ser devidamente realizada no intuito de que não fique impune o sujeito ativo diante de crimes perpetrados por ele, situações às quais a sociedade não tolera, não concorda e não admite mais. Aliado a isso, traz a avaliação e os ensinamentos de vários doutrinadores que expõem em suas obras pontos controvertidos e um olhar diverso a respeito da matéria em análise, o que contribui para uma discussão saudável e acrescenta conhecimento. Demonstrando no decorrer de toda a pesquisa decisões específicas sobre a matéria junto aos Tribunais pátrios, retirados de jurisprudência e demais casos concretos dentre os quais foi devidamente aplicada, com especial ênfase ao delito de receptação, no qual o agente de maneira reprovável adquire ou recebe, em benefício próprio, produto que sabe ou presume saber ter sido obtido de maneira criminosa, descrição esta que encontra previsão legal na parte geral do Código Penal, insculpido em seu artigo 180.

PALAVRAS-CHAVE: Cegueira deliberada. Receptação. Dolo Eventual.

[3] Graduado em Direito pela FAP - Faculdade de Apucarana/PR (2011/2015). Aprovação na Ordem dos Advogados do Brasil (2015). Pós-graduando em Direito Penal e Processo Penal pela Faculdade FaSouza/MG.

[4] Bacharel em Administração e Pós-Graduada em Empreendedorismo, Marketing e Finanças pela UNILESTE-MG, MBA em Auditoria Digital e Direito Tributário pela BSSP Centro Educacional, Educador Financeiro e Tutora em EAD Faculdade Integrada Instituto Souza LTDA. E-mail: professor02@faculdadesouza.com.br.

SOUZAEAD
souzaeadrevistaacademica.com.br
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
JAN 2022 EDIÇÃO Nº 45

1 - **INTRODUÇÃO**

Cumpre esclarecer de início que a doutrina que cuida da teoria da cegueira deliberada foi desenvolvida por intermédio da Corte Suprema dos Estados Unidos da América, por volta do século XIX, sendo conhecida também pelas denominações de Doutrina do ato de ignorância consciente, Doutrina da cegueira deliberada e Teoria das Instruções da Avestruz, e que atualmente ainda continua sendo utilizada em determinados países da Europa.[5]

Criando um paralelo dos motivos pelos quais a teoria seria tratada e conhecida também como a doutrina das instruções da avestruz é exatamente devido ao ato de uma avestruz quando esta enterra parte de sua cabeça em um buraco no chão para que seus predadores não a identifiquem de longe em um primeiro momento. De igual forma, seria o agente que com a finalidade de não ver ou fingir não saber se afasta da verdade desde o início, evitando tomar conhecimento de fatos desagradáveis que podem vir a prejudicá-lo, se beneficiando de uma atitude possivelmente criminosa.[6]

Observa-se que esse indivíduo, de forma espontânea, coloca uma venda sobre os olhos com a finalidade de se afastar da possibilidade de responder criminalmente pelo ato delituoso que sabe muito bem estar cometendo, optando por se beneficiar de uma condição obviamente vantajosa a si próprio.

Em mesma esteira, o Ministro Ricardo Lewandowski, membro do Supremo Tribunal Federal, em seu voto enquanto revisor do relevante e conhecido caso Mensalão, na decisão que dizia respeito à Ação Penal 470 MG (2012, p. 1297), na oportunidade aduziu que se identificou na conduta dos acusados, inclusive dos parlamentares beneficiários, uma atitude típica daqueles que escolhem

---

[5] JÚNIOR, Roberto Bona. É preciso discutir teoria da cegueira deliberada em crimes de lavagem. Revista Consultor Jurídico, 19 nov. 2016. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2016-nov-19/roberto-bona-preciso-discutircegueiradeliberada-crimes-lavagem. Acesso em: 09 jan. 2021.

[6] MONTEIRO, Taiana Alves. Aplicação da Teoria da Cegueira Deliberada no Brasil. Revista Consultor Jurídico, 28 set. 2009. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2009-set-28/necessario-dolo-especificocaracterizacaocorrupcao-eleitoral. Acesso em: 14 jan. 2021.

deliberadamente fechar seus olhos para o que lhes seria óbvio, e finalizou dizendo que os acusados agiram indiferentes ao resultado, ignorância ou cegueira deliberada quanto à ação criminosa praticada.[7]

Ainda segundo Ricardo Lewandowski (2012, p. 1297), na sequência do teor do seu voto no caso Mensalão (AP 470 MG) sobre a teoria da cegueira deliberada assevera que a própria doutrina estabelece que age intencionalmente não só aquele cuja conduta é movida por conhecimento, mas igualmente também aquele que age indiferente diante do resultado de sua ação praticada.[8]

Quanto à parte histórica, a doutrina ora trabalhada teve origem e aplicação no início dos anos setenta, principalmente nos delitos ocorridos por meio do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, quando os acusados negavam conhecer a procedência ilícita das drogas que carregavam consigo na tentativa de se eximirem da responsabilidade.[9]

No decorrer da história, dois casos analisados se caracterizaram como precursores da doutrina das instruções da avestruz, sendo eles o caso Turner contra os Estados Unidos, da Suprema Corte, no ano de 1899, e Jewell contra os Estados Unidos, julgado pela 9ª Corte de Apelações Federais.[10]

Por conseguinte, Sérgio Moro (2010, p. 15) relata que o último caso acima referido acerca da decisão da 9ª Corte de Apelações Federais, esta entendeu que o indivíduo sob investigação havia transportado 110 libras (aproximadamente 50 quilos) de maconha do México para os Estados Unidos em um compartimento escondido no interior de seu carro, e que sua alegação de que não sabia exatamente a natureza do que trazia consigo escondido não

[7] Disponível em: https://www.conjur.com.br/dl/ap470.pdf. Acesso em: 16 jan. 2021.
[8] Ibidem.
[9] RÉGIS, Gian Carlos. A teoria da cegueira deliberada: o tipo penal subjetivo e a possibilidade de aplicação no direito brasileiro. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 21, n. 4863, 24 out. 2016. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/51934/ateoria-da-cegueira-deliberada. Acesso em: 09 out. 2021.
[10] MORO, Sergio Fernando. Crime de Lavagem de Dinheiro. São Paulo: Saraiva. 2010. p 15. Capítulo 3, e-book (livro digital). [9] Ibidem.

eliminava a sua responsabilidade diante do crime perpetrado, pois ele teria agido com propósito consciente de evitar conhecer a natureza do produto que transportava.[9]

Assim sendo, deixar de responsabilizar um sujeito que se coloca por disposição própria à margem da verdade, como se vivesse em um mundo paralelo, tendo atitude incompatível com a dignidade e a responsabilidade que se espera do homem médio, seria uma atitude conivente e omissa por parte dos órgãos de justiça com a do agente infrator.

Em contrapartida aos ensinamentos mencionados acerca de sua devida aplicação, em sua obra literária Barazzetti (2017, p. 125, item 5) defende que em um movimento de expansão do direito penal nesse país, a teoria em análise foi utilizada em casos específicos, relevantes e muito conhecidos, ainda que carecesse de doutrinas a respeito do tema no Brasil, o que seria de pronto a primeira razão a fim de contestar sua aplicação, pois carecia filtrar melhor sua utilização hermenêuticaconstitucional.[11]

De fato, a teoria da cegueira deliberada necessita ser mais explorada pela doutrina brasileira, no entanto, vem ganhando força através de sua contínua aplicação em decisões e jurisprudências nos tribunais em âmbito nacional, o que aumenta sua visibilidade entre os aplicadores e as chances de um melhor aprimoramento acerca dela.

Para configuração e utilização da referida teoria as Cortes norteamericanas têm exigido alguns elementos mínimos para sua devida aplicação, a uma, que o sujeito ativo tenha ciência da possível probabilidade de que os produtos envolvidos na negociação são provenientes de crime anterior, a duas, que atue e se mostre indiferente em conhecer a verdade, e, finalmente,

[11] BARAZZETTI, C.A.L.C.W. A. Lavagem de Dinheiro, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2017. 9788597012293. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012293/. Acesso em: 02 fev. 2021.

que esse indivíduo tenha deliberada e intencionalmente escolhido permanecer ignorante quando lhe era possível tomar conhecimento dos fatos.[12]

Dessa forma, nota-se que a teoria trabalhada pode e deve ser utilizada contra o agente que indiferente e com elevada probabilidade de que saiba que os produtos e/ou bens adquiridos por ele tendem a ser consequência de crime anterior, ainda assim escolhe se manter alheio ao conhecimento e à verdade que está explícita diante de si mesmo.

2 - A CEGUEIRA DELIBERADA NA ESFERA DO DIREITO PENAL PÁTRIO

De maneira a adequar a Cegueira Intencional ao Direito Penal pátrio, pois o Brasil se utiliza de um sistema legal diverso ao sistema original utilizado pelos criadores da matéria estudada, faz necessário expor o que traz a doutrina quanto ao elemento volitivo conhecido por dolo eventual. A saber, utiliza-se no Brasil o sistema da Civil Law, em contraposição ao sistema da Common Law utilizado pelos criadores em seus países.

Segundo a doutrina majoritária brasileira ocorre dolo eventual quando o sujeito ativo de um delito assume e se arrisca em produzir um evento danoso, ou seja, admite o risco de produzi-lo, mesmo que as consequências acarretem prejuízos para outrem.[13]

Em mesmo sentido são os ensinamentos de César Roberto Bitencourt (2012) quando assevera que existe dolo eventual quando o sujeito não quer realizar diretamente o tipo penal, mas aceita a produção do resultado danoso como uma situação provável de acontecer. Ainda assim, prevendo o resultado

[12] Disponível em: https://www.conjur.com.br/dl/ap470.pdf. Acesso em: 19 jan. 2021.

[13] JESUS, Damásio de. Parte geral / Damásio de Jesus; atualização André Estefam. – Direito penal vol. 137. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

[13] BITENCOURT, Cézar Roberto. Tratado de Direito Penal: Parte Geral 1. 17. ed. São Paulo: Saraiva. 2012.

como possível, o agente aceita e assume o risco de produzi-lo e age mesmo assim.[13]

Dessa forma, na direção do dolo eventual, o sujeito não possui diretamente a intenção em realizar o delito constante no artigo descrito na lei, no entanto, encara como provável sua ocorrência e arrisca produzir o evento danoso.

Nesse entendimento, não há dúvidas doutrinárias do que seja o dolo eventual, bem como de que maneira a teoria se encaixa nesse pensamento. Assim, o instituto penal do dolo eventual coaduna-se com o que dispõe a teoria ora estudada, sendo que é plenamente possível que o cidadão não necessariamente tenha interesse direto em praticar o crime, mas, possuindo enorme suspeita da possível ilicitude de determinados atos que produz, entende como possível o seu desdobramento criminoso, omitindo-se em buscar a verdade que o leve ao pleno conhecimento da prática que está ocorrendo, de forma a ignorar e aceitar o risco dos resultados.[14]

Assim sendo, se manter no desconhecimento e com a desculpa de que não sabe diretamente da veracidade e da origem dos produtos adquiridos, o agente admite o risco possível do resultado danoso que pode sofrer, pois se beneficia da sua oportuna e deliberada ignorância com a finalidade de obter vantagem em prejuízo alheio.

Por outra perspectiva, a teoria da Cegueira Intencional se afasta do elemento volitivo da culpa, seguindo a linha de que o sujeito ativo, nestes casos, não é negligente, imprudente ou imperito, mas sim claramente omisso, pois não deseja claramente tomar conhecimento dos fatos ilícitos que estão diante de si e que são de fácil constatação ao homem médio, e mais, criando até mesmo obstáculos para não se aproximar da verdade, com a crença de que não será

---

[14] MORAES, Guilherme Lozano de. A Teoria da Cegueira Deliberada e o Crime de

responsabilizado por eles, apesar de seu evidente envolvimento nas ações criminosas.[15]

Com outro entendimento acerca do tema, existem críticas e posicionamentos contrários de que a teoria da cegueira deliberada pune a negligência do sujeito ativo como se fosse equiparada ao dolo eventual, e assim não deveria ser, pois são institutos diferentes. Tais posicionamentos são condicionados de maneira que o dolo eventual não poderia ser confundido com negligência, por esta se tratar de uma omissão.[16]

Um acontecimento relevante expõe que a Cegueira Intencional passou a encontrar maior espaço dentro do Poder Judiciário pátrio fora a já supracitada Ação Penal 470 MG (caso Mensalão), oportunidade na qual se tornou tese válida quanto à imputação de delitos de diversas naturezas, valendo-se do dolo eventual.[17]

Em mesmo sentido, dentro do raciocínio a respeito do dolo eventual, no âmbito do direito brasileiro, pratica crime doloso, intencional, aquele que age com vontade e conhecimento de estar realizando o delito penal objetivo como aquele que assume os riscos de produzir tal evento danoso. [18]

Nesta esteira, verifica-se o que aduz a letra de lei no artigo 18, do Código Penal, quando diz que crime doloso é aquele em que o sujeito ativo quer o resultado danoso ou assume os riscos de o produzir.[17]

Violação de Direito Autoral. Disponível em: https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/a-teoria-da-cegueiradeliberada-e-o-crime-de-violacao-de-direito-autoral/. Acesso em: 16 jan. 2021.

aquele que assume os riscos de produzir tal evento danoso.[15]

[15] Ibidem.

[16] NASCIMENTO, André Ricardo Neto. Teoria Da Cegueira Deliberada: Reflexos de sua aplicação à Lei de Lavagem de Capitais (Lei 9.613/98). Disponível em: http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/800/1/20570516.pdf. Acesso em: 29 mar. 2021. [17] Disponível em: https://www.conjur.com.br/dl/ap470.pdf. Acesso em: 16 jan. 2021.

[17] CÓDIGO PENAL. DECRETO-LEI No 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del2848.htm.

Como se constata na letra da lei, o crime doloso encontra-se insculpido na parte geral do código penal, sendo que no ordenamento jurídico não exige que haja previsão legal específica junto de cada tipo penal para admissibilidade do dolo eventual. Ou seja, norma geral que serve para complementar toda a parte especial que cuida dos delitos.[18]

Verifica-se na menção realizada acerca do dolo eventual que se encontra na parte geral do referido código, que em nenhuma outra oportunidade há previsão específica sobre o crime doloso quando o sujeito ativo se arrisca em assumir os resultados produzidos por sua ação.

Ricardo Lewandowski (2012, p. 1298) assevera que a redação de alguns tipos penais exige expressamente que o sujeito ativo tenha conhecimento claro dos elementos constantes no tipo, como visto no crime de denunciação caluniosa constante no art. 339, do CP, ou na receptação dolosa, em seu art. 180, do mesmo diploma legal, o que exclui a possibilidade de configurar o crime como dolo eventual.[19]

Ainda, consoante o eminente ministro Ricardo Lewandowski (2012, p. 1299), este prossegue com o pensamento de que admitindo-se o dolo eventual, viabiliza-se uma resposta penal apropriada a esse fenômeno sem ir ao extremo em depender do conhecimento do agente sobre a alta probabilidade de o objeto da transação ter advindo de atividade criminosa anterior.[20]

Dessa forma, diante das palavras proferidas por um membro que representa a mais alta corte do país, denota-se que referida teoria se coaduna e se relaciona junto ao ordenamento jurídico de maneira harmoniosa e complementar, sendo que se torna aplicável de forma plena dentro da estrutura

Acesso em 21 jan. 2021.

[18] Disponível em: https://www.conjur.com.br/dl/ap470.pdf. Acesso em: 21 jan. 2021.

[19] Ibidem

[20] Ibidem.

do crime, residindo, então, no elemento da vontade do autor, no dolo eventual, ao assumir o risco.[21]

3 - A CEGUEIRA INTENCIONAL E SUA COMPATIBILIDADE COM A RECEPTAÇÃO

Adentrando ao crime de receptação, cabe salientar que este crime está tipificado no caput do artigo 180, da lei Penal[22], punindo as condutas descritas na lei por quem adquire, recebe, transporta, conduz ou oculta, vende, expõe à venda, em seu proveito ou de terceiros, produto que deve saber ser advindo de crime anterior.

Dessa forma, a redação do código brasileiro, especificamente o artigo 180, assevera em seu caput que o sujeito que pratica os verbos ali constantes, como exemplo, adquirir, receber, transportar coisa que sabe ser produto advindo de crime, estará enquadrado na pena de reclusão imposta pelo crime.

Na sequência desse mesmo artigo, agora em seu parágrafo primeiro que qualifica o crime, o agente que pratica os mesmos verbos do tipo, só que dessa vez acrescenta-se a ação de expor à venda no exercício de atividade comercial ou industrial coisa que deve saber ser produto de delito, também incorrerá nas penas impostas.

Por último, no parágrafo terceiro, a lei aduz que o agente que adquire ou recebe o produto que, por sua natureza ou desproporção entre o valor pago e o preço que realmente vale aquele produto, deve presumir ser ele obtido de maneira criminosa, incorrendo o infrator nas penas de detenção, multa ou ambas as penas.

Conforme exposto acima, verifica-se que no caput que para enquadrar o cidadão no delito de receptação este precisa saber da procedência criminosa do

[21] MORAES, Guilherme Lozano de. A Teoria da Cegueira Deliberada e o Crime de Violação de Direito Autoral. Disponível em: https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/a-teoria-da-cegueiradeliberada-e-o-crime-de-violacao-de-direito-autoral/. Acesso em: 21 jan. 2021.
[22] CÓDIGO PENAL. DECRETO-LEI No 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del2848.htm. Acesso em 11 jan. 2021.

bem, o que poderia levantar dúvidas quanto à aplicação da teoria. Já na sequência dos parágrafos, a lei diz que o agente deve saber (§1º) ou deve presumir (§3º) ser obtido por meio criminoso, e nesses casos não resta dúvidas de que a aplicação da cegueira intencional deve ocorrer.

Em conformidade com a letra de lei supracitada, bem como pelos doutrinadores, a receptação poderá ser caracterizada em sua forma simples (art. 180, caput), qualificada (art. 180, § 1º) ou culposa (art. 180, § 3º). Quanto ao elemento subjetivo do tipo, os ensinamentos de Rogério Greco (2020, p. 341) indicam que o caput do art. 180 admite somente o dolo direto por parte do agente, sendo que no seu § 1º é admitido também o dolo eventual. Dessa forma, quanto ao delito em sua forma simples de receptação o legislador alega que o sujeito ativo sabe da origem criminosa do produto, já na modalidade qualificada o texto de lei assevera que ele devia saber.[23]

Independentemente da modalidade, seja simples, qualificada ou culposa, a instruções da avestruz sempre poderá ser utilizada para reforçar e ratificar a materialidade delitiva da conduta realizada. Pois, caso contrário, dificilmente se caracterizaria o delito de receptação do artigo 180, pois os órgãos responsáveis pela investigação penal teriam grande dificuldade em provar a origem criminosa perpetrada por parte do agente, porque, claramente é impossível ao Estado tomar parte, ou melhor, adentrar-se no consciente e na vontade constante da mente das pessoas.[24]

Em mesmo sentido, em várias situações distintas, podem ser angariados indícios veementes que demonstrem que o bem advém de uma origem ilícita. No entanto, ainda nesses casos, a teoria em estudo é pertinente e apta a ratificar e complementar uma sentença penal condenatória.[27]

---

[23] NETO, Francisco Sannini. Teoria da Cegueira Deliberada e o Crime de Receptação. Disponível em: https://franciscosannini.jusbrasil.com.br/artigos/121943696/teoria-da-cegueiradeliberada-e-o-crime-de-receptacao. Acesso em: 24 jan. 2021.

[24] Ibidem. [27] Ibidem.

Para deixar mais claro, nada melhor que um exemplo para ilustrar que sua aplicação faz sentido. Assim, casos como o narrado a seguir podem esclarecer a argumentação em prol da sua defesa, pois pensemos no caso de alguém que adquire vários aparelhos de som por um valor infinitamente menor que o realizado no mercado. Além do preço melhor, o vendedor não fornece ao cliente/comprador a nota fiscal do bem envolvido na negociação. Assim, se esse comprador for abordado por servidores militares vendendo os aparelhos de som, que foram confirmados serem produto de crime anterior por meio de investigações, estará configurada a receptação.

Posteriormente, esse possível autor ao ser questionado acerca do conhecimento da origem dos produtos, alega que não sabia que derivariam de crime e que nem sabia quem era o vendedor. Dessa forma, fica clara a negligência do possível autor, que fingiu não vislumbrar os indícios veementes de que tais produtos seriam advindos de delito ocorrido em momento anterior, uma vez que o valor pago foi inferior ao que realmente valia a carga e que não havia nota fiscal para comprovar a origem legal do bem.[25]

Diante do exposto, é dever de todas as pessoas contribuir para uma sociedade madura que preze pela diminuição da criminalidade, pois condutas como esta fomentam e instigam a prática de crimes perpetrados anteriormente. Ao tipificar o crime previsto no artigo 180, do CP, o legislador teve por objetivo desestimular furtos e roubos de produtos e bens, pois, se não houvesse compradores, os criminosos não conseguiriam dar destinação aos objetos subtraídos.[26]

Em contraposição à aplicação dessa teoria, Barazzetti (2017, p. 125, item 5) assevera que,

> os julgadores brasileiros, assumindo um papel (que não lhes pertence) de transformadores sociais, buscam teorias alienígenas a fim de

[25] Ibidem.
[26] NETO, Francisco Sannini. Teoria da Cegueira Deliberada e o Crime de Receptação. Disponível em: https://franciscosannini.jusbrasil.com.br/artigos/121943696/teoria-da-cegueiradeliberada-e-o-crime-de-receptacao. Acesso em: 24 jan. 2021.

> decidirem conforme a "vontade do povo", fugindo às leis penais vigentes e deixando de lado a necessária adaptação de uma teoria ao nosso sistema. Imbuídos do espírito do "clamor social", busca o Judiciário, apropriando-se erroneamente da doutrina da cegueira deliberada, acabar com a impunidade, tornando os crimes passíveis de uma espécie de dolo eventual [...][27]

O que Barazzetti quis dizer é que cabe ao poder legislativo a criação de projeto de leis que não dependam de teorias mirabolantes para que aquelas sejam aplicadas e em consequência justiça seja feita, não cabendo ao judiciário se posicionar de maneira a agradar a sociedade modificando e dando interpretações diversas do que a lei assegura, o que no seu ponto de vista seria prejudicial ao acusado.

Pois bem. Nestes termos é o entendimento da Desembargadora Naele Ochoa Piazzeta, presidente e relatora da Apelação criminal ACR 70079622791 RS, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul contida na sentença abaixo:

> APELAÇÃO CRIME. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. RECEPTAÇÃO QUALIFICADA. ARTIGO 180, §§ 1º E 2º, DO CÓDIGO PENAL. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. ELEMENTO SUBJETIVO. PROVA. TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA. INCIDÊNCIA. CONDENAÇÃO MANTIDA. (...) No caso dos autos, as provas colhidas durante a instrução demonstram a materialidade e a autoria do delito de receptação qualificada. Revelam que o réu expôs à venda, no exercício de atividade comercial exercida em domicílio, mercadoria que havia sido subtraída em momento anterior, tendo ciência a respeito de sua procedência espúria. Aplica-se, à espécie, a teoria da cegueira deliberada, na qual a intencional ignorância acerca da ilicitude e da gravidade do fato não pode elidir a responsabilidade penal do sujeito ativo. Presença do dolo eventual como elemento subjetivo do tipo, na medida em que, ainda que não almejasse diretamente a prática de receptação, certo é que agiu de modo a admitir a possibilidade concreta e muito provável, diante das circunstâncias que envolveram toda a conjuntura fática. Inviável, assim, o acolhimento do pleito absolutório. [...] (TJ-RS - ACR: 70079622791 RS, Relator: Naele Ochoa Piazzeta, Data de Julgamento: 30/01/2019,

[27] BARAZZETTI, C.A.L.C.W. A. Lavagem de Dinheiro, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2017. 9788597012293. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012293/. Acesso em: 02 fev. 2021.

Oitava Câmara Criminal, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 27/02/2019).[28] (Grifo nosso)

Resta claro que a teoria fora aplicada na recente decisão do Tribunal do Rio Grande do Sul na modalidade de receptação qualificada, consagrada no artigo 180, § 1º, do CP, inclusive frisando o dolo eventual, asseverando que o condenado agiu com alta possibilidade concreta e provável no cometimento de sua ação para a consumação.

Ainda no raciocínio de que alguns delitos desapareceriam caso não houvesse destinação a ser dada aos bens produtos de crimes, fato é que crimes como os de lavagem de dinheiro ou de receptação sequer precisariam existir ou ser tipificados como delitos. Contudo, o ser humano é falho e, portanto, cabe ao Estado munir-se dos instrumentos necessários para o combate ao crime.[29]

Nota-se, claramente, que os delitos de receptação sequer precisariam ser reduzidos a escrito e fazer parte do ordenamento jurídico, no entanto, por consequência de uma parcela da população que aufere vantagem indevida em decorrência deste delito, o legislador se viu obrigado a tipifica-lo como crime, com a finalidade de desestimular e inibir delitos como o de furto e roubo.

É claramente muito fácil para o receptador oportunista se fazer de ignorante para não perceber a ilegalidade de sua ação. Não por acaso, a teoria em comento é conhecida também por teoria da ignorância deliberada. O indivíduo se coloca nessa situação pois lhe é benéfico fingir e agir com desconhecimento. Nesse caso, não se trata de responsabilidade penal objetiva. Para que seja aplicada é necessário um conjunto probatório suficiente e apto a demonstrar que este indivíduo tinha motivos para suspeitar da ilicitude do bem e

[28] NETO, Francisco Sannini. Teoria da Cegueira Deliberada e o Crime de Receptação. Disponível em: https://franciscosannini.jusbrasil.com.br/artigos/121943696/teoria-da-cegueira-deliberada-e-o-crimede-receptacao. Acesso em 30 jan. 2021.
[29] NETO, Francisco Sannini. Teoria da Cegueira Deliberada e o Crime de Receptação. Disponível em: https://franciscosannini.jusbrasil.com.br/artigos/121943696/teoria-da-cegueira-deliberada-e-ocrime-de-receptacao. Acesso em 30 jan. 2021.

ainda assim não se importou com isso, tapando os olhos àquilo que não lhe interessava ver.[30]

Além disso, e em mesmo sentido, vale lembrar de que existem requisitos para que seja devidamente aplicada. Ou seja, não se trata de responsabilidade objetiva, e sim que o sujeito ativo tenha consciência da alta probabilidade dos produtos e bens envolvidos na negociação sejam advindos de crime ocorrido anteriormente, que o agente atue indiferente a esse conhecimento, e que tenha intencionalmente escolhido se manter afastado do conhecimento das ações ilegais.[31]

Debruçando-se na jurisprudência pátria e seus julgados, especialmente quando se tratar do delito específico de receptação ora estudado, muito praticado e conhecido por grande parte da sociedade, deve ser a teoria trazida para o ambiente de estudo jurídico e ser devidamente aplicada, respeitando as demais provas produzidas em âmbito penal. Entendimentos como esse facilitam a persecução penal por parte do Estado, e visa garantir a segurança da sociedade em suas relações jurídicas.

Diante de todo o exposto, a necessidade em se utilizar da referida teoria, com as devidas cautelas e observando os requisitos e elementos necessários, é impedir a impunidade daqueles que insistem em utilizar de artifícios ilegais para obter vantagens diante das situações.

4 - CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

Em suma, resta óbvio que o indivíduo, de forma espontânea, agindo com vontade, se afasta do conhecimento para não responder criminalmente pelo ato delituoso que sabe ou presume saber estar cometendo, pois, com o propósito de

[30] Ibidem.
[31] Disponível em: https://www.conjur.com.br/dl/ap470.pdf. Acesso em: 17 jan. 2021.

auferir vantagem, escolhe intencionalmente agir com vontade de não desconfiar dos fortes indícios do cometimento de crime.

Resta claro que referida teoria é aceita majoritariamente pelos doutrinadores diante da receptação. Além disso, vem sendo utilizada nas sentenças dos tribunais superiores do país pelos eminentes julgadores até a presente data, não somente quanto ao delito de receptação.

Vislumbra-se posicionamentos contrários quanto à aplicação dessa teoria, ficando claro que alguns doutrinadores ventilam, pontuam a ideia de que os julgadores brasileiros assumiram uma posição que não lhes cabe buscando teorias com a finalidade de julgarem conforme a vontade popular, e não dentro da estrita legalidade.

Em que pese verificar que o Brasil carece de doutrinadores que se debrucem na matéria ora em debate, vez que esta foi retirada das decisões proferidas pelas Cortes Americanas e Europeias, referida teoria vem ganhando força através de sua contínua aplicação em decisões e jurisprudências nos tribunais em âmbito nacional.

Observa-se a necessidade em adequar e melhor adaptar a teoria ao Direito Penal do Brasil, vez que nesse país utiliza-se o sistema da Civil Law, diverso ao sistema da Common Law utilizado por seus criadores.

Dessa forma, cabe asseverar que referida teoria não vai de encontro ao elemento volitivo da culpa, pois o agente não é imprudente, imperito ou negligente. Pelo contrário, ele mostra-se deliberadamente omisso, pois não deseja conhecer os atos ilícitos que estão sendo realizados, apesar de saber estar envolvido neles.

A doutrina está em consonância com a lei, ambas defendem que a receptação é simples, qualificada ou culposa. Assim sendo, na receptação em sua forma simples a lei é clara ao afirmar que o sujeito sabe da ilicitude da coisa desde sua origem. Já em sua forma qualificada e culposa a lei traz o termo de que ele deve saber ou deve presumir ser o produto obtido de maneira criminosa,

e nesses casos não resta dúvidas de que a aplicação da cegueira intencional deve prevalecer.

Diante do exposto, cabe ressaltar que é dever da sociedade contribuir para relações baseadas em princípios éticos que se preocupem e promovam a redução da criminalidade, vez que condutas como a receptação fomentam e instigam a prática criminosa de outros crimes violentos. Muitos desses delitos ocorrem, inclusive, devido à facilidade em repassar para terceiros tais produtos advindos de condutas criminosas.

Portanto, ainda que cercados de interpretações diversas sobre o tema, resta claro que a utilização da teoria do ato da ignorância consciente seja pertinente para subsidiar uma sentença penal condenatória.

REFERÊNCIAS

BARAZZETTI, C.A.L.C.W. A. Lavagem de Dinheiro, 2ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2017. 9788597012293. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012293/.

BITENCOURT, Cézar Roberto. Tratado de Direito Penal: Parte Geral 1. 17. ed. São Paulo: Saraiva. 2012.

CÓDIGO PENAL. DECRETO-LEI No 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del2848.htm.

GARCIA, Simone. Teoria da cegueira deliberada e seus desdobramentos no Direito Penal Comparado e Brasileiro. Jus, jan. 2016. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/45718/teoria-da-cegueira-deliberada-e-seusdesdobramentosno-direito-penal-comparado-e-brasileiro.

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal – Parte Especial. Vol. III.

JESUS, Damásio de. Parte geral / Damásio de Jesus; atualização André Estefam. – Direito penal vol. 1-37. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

JÚNIOR, Roberto Bona. É preciso discutir teoria da cegueira deliberada em crimes de lavagem. Revista Consultor Jurídico, 19 nov. 2016. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2016-nov-19/roberto-bona-preciso-discutircegueiradeliberada-crimes-lavagem.

MONTEIRO, Tatiana Alves. Aplicação da Teoria da Cegueira Deliberada no Brasil.
Revista Consultor Jurídico, 28 set. 2009. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2009-set-28/necessario-dolo-especificocaracterizacaocorrupcao-eleitoral.

MORAES, Guilherme Lozano de. A Teoria da Cegueira Deliberada e o Crime de Violação de Direito Autoral. Disponível em: https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/a-teoria-da-cegueiradeliberada-e-o-crime-de-violacao-de-direito-autoral/.

MORO, Sergio Fernando. Crime de Lavagem de Dinheiro. São Paulo: Saraiva. 2010.
E-book (livro digital).

NASCIMENTO, André Ricardo Neto. Teoria Da Cegueira Deliberada: Reflexos de sua aplicação à Lei de Lavagem de Capitais (Lei 9.613/98). Disponível em: http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/800/1/20570516.pdf.

NETO, Francisco Sannini. Teoria da Cegueira Deliberada e o Crime de Receptação. Disponível em: https://franciscosannini.jusbrasil.com.br/artigos/121943696/teoria-da-cegueiradeliberada-e-o-crime-de-receptacao.

RÉGIS, Gian Carlos. A teoria da cegueira deliberada: o tipo penal subjetivo e a possibilidade de aplicação no direito brasileiro. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 21, n. 4863, 24 out. 2016. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/51934/a-teoriada-cegueira-deliberada.

SUPREMO TRIBUANL FEDERAL. Disponível em: https://www.conjur.com.br/dl/ap470.pdf.

SOUZAEAD
souzaeadrevistaacademica.com.br
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
JAN 2022 EDIÇÃO Nº 45

PROMOÇÃO DA SAÚDE X OBESIDADE EM CRIANÇAS

FASSHEBER, Daniela Monteiro[32]

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo evoluir a discussão acerca do acompanhamento na promoção da saúde das crianças. A globalização, má alimentação, o sedentarismo, a necessidade de prazeres rápidos e respostas imediatas contribuem para o aparecimento da obesidade como questão social. A promoção da saúde é um processo de envolvimento da comunidade para atuar na melhoria da qualidade de vida, incluindo maior participação no controle deste processo. Nesse sentido, o presente estudo, por meio de uma pesquisa com abordagem qualitativa de caráter exploratório, vem com o intuito de apontar os indicadores e os desafios enfrentados para que se faça práticas preventivas ou que promovam a saúde da criança. Adiciona a indigência de um estudo mais detalhado e abrangente nessa perspectiva, a fim de constatar e diagnosticar a situação vivenciada, para que possa fundamentar uma adoção de novas práticas de acompanhamento multiprofissional, na promoção da saúde das crianças, principalmente, aquelas que apresentam quadro de sobrepeso e obesidade.

PALAVRAS CHAVE: Sedentarismo. Má alimentação. Promoção da saúde. Crianças

[32] Graduada em administração de empresa, contabilidade e fisioterapia (UNILESTE/MG); Pós graduada em Dermato funcional (Gama Filho); Pós graduada em saúde pública com ênfase em saúde da família (Faculdade Única); Pós graduada em Gestão estratégica em EaD. (SENAC/SP).

SOUZAEAD
souzaeadrevistaacademica.com.br
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
JAN 2022 EDIÇÃO Nº 45

1. **INTRODUÇÃO**

O Brasil (2006) propõe que à necessidade de prazeres rápidos e retornos imediatos, o consumismo e a globalização contribuem para a manifestação da obesidade como questão social. A obesidade infantil envolve uma complexa relação entre corpo/saúde/mente/alimento, família e comunidade, uma vez que os grupos têm diferentes inserções sociais e diversas concepções sobre estes temas, os quais mudam conforme a história.

No artigo no. 196 da Constituição Federal de 1988, o direito à saúde foi definido como direito de todos e dever do Estado, sendo regulamentado no ato da publicação das Leis no. 8.080 e 8.142, ambas em 1990, as quais passaram a ser referenciadas como Lei Orgânica da Saúde (LOS, 1990), pois, esboçam diretrizes que afiançam políticas sociais e econômicas que apontem a redução do risco de doença e ao acesso a saúde, que visem a promoção, proteção e recuperação da saúde.

Vários estudos mencionam a carência de pesquisas no Brasil tratando da obesidade infantil, mas, poucos são os trabalhos de efetivo combate aos motivos da obesidade crescente, entre crianças e adolescentes. A atuação multiprofissional tem sido considerada uma proposta viável, para tal acompanhamento e combate, conforme retrata Damaso (2003).

Sendo assim, justifica-se a realização do trabalho, em prol da prevenção e do diagnóstico precoce da obesidade, pois, eles são importantes aspectos para a promoção da saúde. Ohara (2009) cita que, o peso exacerbado e a obesidade são encontrados com grande frequência, a partir de 5 anos de idade, em todos os grupos de renda e em todas as regiões brasileiras, de acordo com as informações produzidas pelo IBGE (2008/09).

Nesse estudo, foi esboçado algumas informações com proposito de contribuir na promoção da saúde das crianças, as quais tem sido vítima dos malefícios das sociedades modernas, particularmente nos hábitos alimentares inadequados, a prática de exercícios físicos diminuto e de sedentarismo.

SOUZAEAD
souzaeadrevistaacademica.com.br
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
JAN 2022 EDIÇÃO Nº 45

2. PROMOÇÃO DA SAÚDE

Arouca (2003) apresentou a promoção da saúde como políticas, planos e programas de saúde pública com ações voltadas evitar que as pessoas se exponham a fatores condicionantes e determinantes de doenças, além disso, incentiva condutas e ações da medicina preventiva que identificam precocemente o dano e ou controlam a exposição do hospedeiro ao agente causal em um dado meio-ambiente.

A Carta de Otawa (1986), surgiu na Primeira Conferência Internacional Sobre Promoção da Saúde, foi o principal documento pós "Declaração de Alma-Ata" (1978) e foi realizada em novembro de 1986, em Ottawa, Canadá, nessa carta a promoção da saúde foi definida como:

> o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. Para atingir um estado de completo bemestar físico, mental e social os indivíduos e grupos devem saber identificar aspirações, satisfazer necessidades e modificar de forma favoravel, o meio ambiente. Ottawa(1986)

A comunidade e/ou a família em que a criança está inserida tem grande influência na otimização da qualidade de vida e da saúde da criança. O bem estar físico, mental, social e espiritual de uma criança, possui relação com meio ambiente externo, o qual é determinado pelas interferências das relações interpessoais de sua convivência.

Buss (2000) retrata com veemência que a prevenção primária, a ser desenvolvida no período de pré-patogênese, consta de medidas destinadas a desenvolver uma saúde geral melhor, pela proteção específica do homem contra agentes patológicos ou pelo estabelecimento de barreiras contra os agentes do meio ambiente. A educação em saúde é elemento importante para esse objetivo.

Damaso (2003) propõe que a promoção da saúde escolar deve, pela sua potencialidade em evitar agravos e promover a saúde e qualidade de vida, constituir

um espaço privilegiado de atuação das equipes de Saúde da Família. Em concordância, Gonçalves (2008) retrata que, a escola é o ambiente ideal para se desenvolverem programas da Promoção e Educação em Saúde de largo alcance e repercussão, já que desempenha uma grande influência sobre seus alunos nas etapas formativas e mais admiráveis de suas vidas.

Dessa forma, Catrib (2003) cita o espaço escolar como um ambiente de vida da sociedade em que está introduzida a escola, cujo referencial para ação deve ser o desenvolvimento do educando, como expressão de saúde, com base em uma prática pedagógica participativa, tendo como abordagem metodológica a educação em saúde transformadora.

Como aponta Damaso (2003), a escola, que tem como missão primordial desenvolver processos de ensino-aprendizagem, desempenha papel decisivo na formação dos estudantes, na percepção e construção da cidadania e no acesso às políticas públicas, tornando-se locus para ações de promoção da saúde para crianças, adolescentes e jovens adultos.

Damaso (2003) instiga que nas escolas, o trabalho de promoção da saúde com os estudantes, e também com professores e funcionários, precisa ter como ponto de partida “o que eles sabem” e “o que eles podem fazer”, desenvolvendo em cada um a capacidade de interpretar o cotidiano e atuar de modo a incorporar atitudes e/ou comportamentos adequados para a melhoria da qualidade de vida.

3. SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Segundo Brasil (2008):

> O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) representa um grande avanço da legislação brasileira iniciado com a promulgação da Constituição Federal de 1988, tornando-se uma das conquistas da sociedade. O ECA veio afiançar a todas as crianças e adolescentes o tratamento com atenção, proteção e cuidados especiais para se desenvolverem e se tornarem adultos conscientes e participativos do processo inclusivo. Buss(2000)

O Estatuto da Criança e Adolescente assegura que as mesmas possam ter cuidados e informações, com intuito de se tornarem adultos conscientes da importância de se manterem saudáveis, com alimentação equilibrada, hábitos na pratica de atividades físicas e participativos em relação a inclusão social.

A partir das contribuições de Costa (2009), a vida das crianças é profundamente influenciada por seu ambiente social, cultural, psicológico e físico. Discursa ainda que as ações de saúde da criança abrangem a vigilância nutricional, imunização e a assistência às doenças prevalentes na infância. A assistência à criança se fundamenta na promoção da saúde, prevenção, diagnóstico precoce e recuperação dos agravos à saúde.

O acompanhamento planejado do crescimento e desenvolvimento, complementado por atividades de controle das doenças prevalentes, contribui para a promoção de uma boa qualidade de vida. Para isso, torna-se imprescindível o esforço conjunto da família, da equipe e das diversas organizações, governamentais ou, não.

4. A FAMÍLIA/CASA

Para osta (2009) a abordagem dos hábitos e estilos de vida visando a promoção da saúde deve envolver a compreensão da dinâmica familiar e da determinação saúde-doença dentro dela.

Pereira (2012) destaca que a deficiência de almoço completo e diversificado é uma situação comum, além de outras regras simples que não são cumpridas: os pais devem dar farináceos ao almoço e ao jantar (alimentam e tiram a fome); não permitir que as crianças estejam muitas horas sem comer; estimular o exercício; tratar a ansiedade ou depressão infantil, se existirem.

Costa (2009) retrata os processos de feedback, em que o comportamento de uma pessoa afeta o comportamento de outra, assim, o alcoolismo do pai, pode desencadear o distúrbio alimentar do filho. O mesmo autor ressalta ainda que, o

hábito alimentar, como o de lazer, relacionam-se com o fator econômico, costumes, gratificações e as demonstrações de afeto que vigoram em um contexto familiar. Contudo, o autoconceito das pessoas é a base de seu comportamento e roteiro de vida.

Para Pereira (2012), a alimentação deixou de ser realizada à mesa, no prato, para ser fora da mesa e à mão, ocorre mais a ingestão de comida hipercalórica, constituída muitas vezes por alimentos saborosos, mas pobres sob o ponto vista nutritivo, que contêm muitas calorias por volume de alimento. Os tempos livres brincadeiras deixaram de existir, principalmente nos meios urbanos, por razões de segurança, mas também pela tranquilidade de ter a criança sentada na sala, sob controle. As atividades de educação física das escolas e fora delas também podem não produzir os efeitos desejados, uma vez que o tempo a elas destinado é, muitas vezes, insuficiente.

Santos (2003) expõe que a família é hoje uma composição em restabelecimento. Frente a todas as modificações exibidas, o núcleo vem desenvolvendo uma economia nos afetos, refletindo-se maciçamente no acréscimo de sentimentos idênticos aos de culpa, admitindo a inserção de cicatrizes no próprio grupo e, em nível social, supressão e distanciamento. Como resposta a esse sofrimento infindável, os sujeitos se deparam em busca de novas fontes de prazer, saciedade e bem-estar. A obesidade não se instala ao acaso, está sempre pautada ao excesso de comida. Por outro lado, as crianças que buscam na comida a fonte de satisfação e o combustível necessário para enfrentar as frustrações do dia-a-dia contam com uma certa dose de aprovação (não consciente) das famílias para tal prática.

Santos (2003) adverte que, em relação ao problema, as crianças, além do fator excesso de comida, versa em agregar a alimentação um refúgio para os seus medos, angústias e temores de rejeição. Dessa forma, pode-se compreender diversos quadros de patologias atuais ou contemporâneas, tanto pelo caráter epidêmico que muitas delas vêm adquirindo quanto das linhas de trabalho que

enfatizam, em sua determinação, o papel dos modos hegemônicos de produção de subjetividade.

Assim, se faz necessário olhar com os olhos do outro, viver com ele os obstáculos, as mudanças necessárias, para poder conduzi-lo ao patamar que almejamos.

5. A ESCOLA

Viuniski (2003) especifica que a escola é a melhor janela de oportunidade para promoção da prevenção da obesidade infantil por uma série de motivos, pois a criança faz pelo menos uma refeição por dia na escola. Nesse ambiente é possível trabalhar, de uma forma transversal, noções de educação alimentar, oportunidade (infelizmente perdida) do exercício físico e esporte, potencial da criança de ser um agente de mudança na família, para modificar o estilo de vida dos alunos. O corpo docente tem que repensar o seu próprio, oportunidade de ter uma cantina escolar saudável, projetos integrados, como uma horta.

Moreira (2001) advertiu que a ideia de Promoção de Saúde vem sendo debatida em todo o planeta, na perspectiva de melhorias das condições de saúde do cidadão, e a atenção básica é a porta de entrada do usuário do sistema, conforme discutido anteriormente e, por estar inserida próxima à comunidade, tem maior poder de compreensão de sua dinâmica social, tornando-se local privilegiado de atuação na promoção de saúde e no enfrentamento do peso excessivo, o qual acomete a criança, família e a população.

Em trabalhos realizados por Bonato (2004), fica claro que a aquisição de hábitos alimentares na infância se solidifica na fase adulta, sedimentando o compromisso da escola com a educação em saúde. Este compromisso exige o uso de abordagens educativas que permitam não apenas trabalhar os problemas alimentares de maneira ampla, mas também, atuar como ferramenta de promoção da saúde. A intervenção nutricional no ambiente escolar precisa valer-se de técnicas lúdicas, facilitadoras do aprendizado, tais como teatros de fantoches,

jogos, vídeos, exposição de gravuras, cartazes, histórias e músicas, para que se obtenha mudança de conhecimentos.

Estudos indicam que ações de educação nutricional que combinam informação e motivação propiciam conhecimentos e incrementam habilidades para a introdução do tema alimentação no contexto escolar. Souza e Vilas Boas (2004), em um de seus estudos concluíram que, apesar dos escolares possuírem o conhecimento, saberem da importância do consumo e saberem onde buscar os alimentos-fonte de vitaminas, muitas vezes não incorporam estes alimentos nas suas refeições, reforçando a necessidade da utilização das atividades lúdicas.

Oliveira (2003) advoga que a escola e o ambiente familiar são cenários que possibilitam mudanças em relação a hábitos alimentares, tipo de vida e atividade física. No sentido de promover tais mudanças, programas podem ser desenvolvidos, levando em consideração a potencialidade da criança, sua idade, à participação da família e de uma equipe multidisciplinar integrada. Ainda, atividades desenvolvidas em grupos propiciam a socialização e a solidariedade.

A promoção de saúde, num contexto escolar, deverá estar incluída na proposta política pedagógica, envolvendo a estrutura escolar e parcerias no desenvolvimento de ações integradas com diversos assuntos que envolvem a educação, saúde, meio ambiente, trabalho, cultura, música, educação física, alimentação saudável, moradia e outros, conforme Moreira (2001).

Leão (2003) ressalta a importância dos progenitores e da escola na educação das crianças é evidente, visto que a escolha dos alimentos feitos por elas é determinada, também, por diversos fatores. Além disso, existe a dificuldade em estabelecer mudanças no hábito alimentar de crianças, principalmente nas mais velhas, as quais são capazes de escolher seus próprios alimentos para o consumo. É importante considerar que a aplicação de intervenções nutricionais desde a infância parece ser a melhor maneira de reverter o quadro de consumo alimentar inadequado por elas.

6. OBESIDADE E SUAS IMPLICAÇÕES

Goulart (2008) justifica a necessidade do estudo da obesidade/sobrepeso pelo aumento da prevalência na população (crianças, adolescentes) e constitui em um fator de risco importante para algumas doenças. As complicações advindas de obesidade não tratada levam ao aparecimento de doenças de caráter crônico (hipertensão, diabetes, infarto do miocárdio, acidente vascular cerebral, doença da vesícula biliar, alguns tipos de câncer, etc.) que respondem, na saúde pública, por um número muito grande de consultas, exames e consumo de medicamentos. Há também os distúrbios emocionais, em consequência da super valorização em obter um corpo
"sarado".

A obesidade, uma doença crônica, definida como o acúmulo de gordura no corpo, o qual, por muitas vezes, ocorre devido a um balanço positivo de energia em que a ingestão de nutrientes é maior que o gasto calórico. Ao longo dos anos, tem-se assistido o aumento significativo na incidência da Obesidade Infantil, particularmente nos países desenvolvidos, atingindo, em alguns casos, proporções epidêmicas.

Demarzo (2008) define a obesidade como o acúmulo excessivo de tecido gorduroso em relação à massa corporal magra, consequente a um desequilíbrio entre o consumo (ingestão excessiva) e gasto (atividade física reduzida) ou secundária a uma doença. Mello (2004) relata que a mesma vem aumentando de forma significativa, determinando várias complicações na infância e na idade adulta. Na infância, o manejo pode ser ainda mais difícil, pois está relacionado a mudanças de hábitos e disponibilidade dos pais, além de uma falta de entendimento da criança quanto aos danos da obesidade.

Borges (2007) retrata a obesidade como uma patologia multicausal, tendo como influências uma combinação de fatores: genéticos, ambientais, culturais e psicológicos. Nestas faixas etárias, a obesidade tem vindo a tornarse preocupante

devido ao risco aumentado da sua persistência na idade adulta e pelos riscos patológicos associados, causadores de situações incapacitantes na vida diária e morte prematura. Se a morbidade não é frequente em menores, os potenciais obesos sujeitam-se a desenvolver patologias como a Diabetes Mellitus Tipo II, HTA, Enfarte de Miocárdio e Acidentes Vasculares Cerebrais diversos.

Dentre as características e complicações da criança com peso excessivo, podem ser apontadas: articulares, com maior predisposição as artroses e osteoartrite. O trauma nas articulações é incitado pelo excesso de peso, trazendo complicações ortopédicas, sendo que as articulações dos joelhos são as mais prejudicadas; cardiovasculares: hipertensão arterial, sistêmica e hipertrofia cardíaca, maior risco para arteriosclerose; cirúrgicas, com aumento do risco cirúrgico se houver necessidade do paciente em sofrer alguma intervenção; cutâneas, com maior predisposição à micoses, dermatites e piodermites, estrias, fragilidade da pele nas regiões das dobras e acantose nigrians com escurecimento da pele nas axilas e no pescoço, são alterações dermatológicas mais comumente encontradas na obesidade, assim descreve Mello (2004).

Outras características e complicações estão relacionadas a obesidade como, a relação com o endócrino/atividades metabólicas, com maior possibilidade da predisposição ao diabetes do tipo II; a hipertrigliceridemia, a dispilidemia; problemas gastrintestinais, com o aumento da frequência de litíase biliar, esteatose hepática e esteato hepatite; respiratórias, como a apnéia do sono, asma e intolerância a exercícios, aumento do esforço respiratório, infecções, diminuição da reserva funcional, diminuição da eficiência muscular e microestasias. A criança obesa pode ter uma diminuição do volume residual e do volume expiratório máximo e tendência para redução geral do volume pulmonar, ainda Mello (2004).

Mello (2004) contribuiu, ainda a mais, a nível psico emocional, relatando que a criança obesa pode apresentar sofrimento psicológico decorrente tanto do preconceito social e discriminação devido ao seu comportamento alimentar. A obesidade pode ser prejudicada através de um estímulo ambiental, prejudicando no seu psicossocial, onde poderá ser desencadeado por uma desagregação familiar,

por uma separação mãe/filho, delegar por outros o cuidado com a criança e possível depressão materna.

Demarzo (2008) descreve que vários estudos mencionam a escassez de pesquisas no Brasil tratando da obesidade infantil e, mas, pouco são os trabalhos de efetivo combate às causas da obesidade crescente entre crianças e adolescentes. A atuação multiprofissional tem sido a indicação de proposta de atuação mais viável apresentada por estes estudos.

A obesidade infantil e suas consequências representam um desafio para os profissionais que trabalham com as crianças e, a intervenção imediata nas práticas preventivas são importantes para evitar problemas futuros. Os dados apresentados motivam e sugerem ações efetivas na busca da solução ou diminuição dos problemas.

Para Fonseca (2001), os limites estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para a ingestão de nutrientes devem-se basear em uma dieta hipocalórica, contendo um consumo total de 30% de gordura e de 10% de açúcar, o colesterol deverá ter 300 mg/dia ou 100mg/kcal e o consumo do sal, não deve ultrapassar 6 g/dia. Devendo haver a ingestão de carboidratos com o mínimo de 50% do consumo calórico total e, os legumes, verduras e frutas deverão ser consumidos em 400g/ dia.

Observa-se que a obesidade é uma doença de difícil tratamento e controle, com altos percentuais de insucessos e recidivas pois, costuma ser negligenciado, não só por parte da família, mas também por profissionais que esperam por uma resolução espontânea. Sendo assim, a criança obesa tem grande probabilidade de permanecer com obesidade na vida adulta, e o risco aumenta com a idade, quanto mais tempo a criança permanecer obesa, maior será o risco de se tornar um adulto obeso, pondera Bernardi (2005).

Nas últimas décadas, a obesidade infantil apresentou-se como uma epidemia global, sendo considerada como um problema crônico, representado atualmente como principal distúrbio nutricional dos países industrializados, ressalta Spada (2005).

No Brasil, o crescimento do excesso de peso na infância está presente nas diferentes classes socioeconômicas, influenciando a obesidade por meio da educação, da renda e, da ocupação, resultando em padrões comportamentais específicos que afetam a ingestão calórica, gasto energético e taxa de metabolismo, pois os alimentos mais saudáveis como carnes magras, vegetais e frutas, menos acessíveis para a população de condições de baixa renda.

Atualmente a obesidade pode ser observada com maior frequência nas classes média e alta, pela facilidade de acesso aos fast-food de acordo com as normas de Fonseca (2001). São várias as complicações da obesidade, pois quanto maior o tempo dos indivíduos se manterem obesos, maior o risco de complicações ocorrerem. Há estudos que mostram que as crianças com complicações graves onde apresentam risco de morte, são candidatas a perder peso mais dificilmente assim discorre Spada (2005).

Os fatores ambientais criam um ambiente interno favorável ao desenvolvimento do acumulo de gordura corporal, tais fatores são estimulados pelos fatores genéticos e biológicos, reconhecidos nas escolhas de alimentos das crianças, a falta das práticas de atividades físicas, pelos hábitos alimentares dos pais, avigorando a hipótese de que ambiente interfere na manutenção ou não, na obtenção do peso saudável. Oliveira (2003) retrata que a hereditariedade pode ser um agente determinante para o sobrepeso e obesidade, mas, se faz necessária amortizar a sua extensão, devida a influência ambiental em que vivem as pessoas.

No contexto da etiologia da obesidade, a maior parte dos pais a atribuem a um metabolismo herdado e acreditam que quase nada é possível fazer para alterar um peso já pré-determinado geneticamente. Os pais de crianças mais jovens têm a convicção de que, com o crescimento, o peso se tornará adequado e, portanto, não há motivos para preocupação ou intervenção.

Levando em consideração a idade das crianças, os hormônios sexuais não foram desenvolvidos a ponto de determinar a presença de tecido gorduroso nas meninas, e nos meninos acréscimo de massa magra, o IMC modificar-se aumentando gradativamente ao longo dos anos e para o desenvolvimento da

obesidade, sugere-se que tenha três períodos identificados como cruciais: o primeiro ano de vida; entre os 5-7 anos de idade e; a adolescência. Demarzo (2008) realizou alguns apontamentos, assim, se faz necessário salientar que, independentemente do gênero, a precocidade do distúrbio do peso, poderá provocar maiores chances de se ter sobrepeso na fase adulta.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atitudes dos adultos interferem, do ponto de vista psicológico, socioeconômico e cultural nas condutas das crianças pois, as mesmas são dependentes do ambiente em que vivem, o qual sendo desfavorável, poderá proporcionar o aparecimento de distúrbios alimentares que, uma vez alojados, permanecer até que incidam modificações de hábitos no cerne da família. Deste modo, saber das variáveis que acometem o aparecimento do sobrepeso ou obesidade, facilita a identificação de ações que visem a redução, controle e o fim do problema em relação ao excesso de peso.

Poucos são os resultados publicados que relacionam as intervenções nutricionais como um dos métodos de prevenção do excesso de peso na infância. Tais atividades devem envolver os pais como importante força de mudança de comportamento das crianças para obter a alimentação saudável.

Baseado no contexto da obesidade infantil faz-se necessário uma padronização e melhor acompanhamento das crianças portadoras desta patologia, podendo assim intervir e melhorar a qualidade de vida dos portadores e preveni-las na fase adulta, através da realização de grupos e informações sobre a dieta nutricional adequada de acordo com as necessidades calóricas diárias.

Borges (2007) propôs que, em função das explosões econômicas, houve o favorecimento do crescimento urbano, o qual determinou alterações nos estilos de vida do cidadão, modificando os hábitos alimentares, de forma prejudicial à saúde, levando a obesidade. Para além, na atualidade, as diversas possibilidades ou

opções de programações da TV, games, computadores, celulares proporciona ao indivíduo comodidades que gerem um estilo de vida inativo.

Oliveira (2003) aponta que há uma significativa associação entre o período de permanência a frente da TV e a incidência do sobrepeso e obesidade, a qual é justificada pela natureza sedentária da atividade, sucedida pelo acréscimo de consumo de lanches e, ainda, a implicação da exposição constante das propagandas de alimentos hipercalóricos. Há uma sucessão de movimentos viciosos: obesidade – diminuição da atividade – assistir TV – comer sem ter fome – obesidade, os quais devem ser interrompidos com intuito de diminuir as taxas de obesidade.

Por enfrentarem várias complicações decorrentes da vida moderna, é essencial que os pais proporcionem aos filhos uma dieta equilibrada e atividades físicas. Bons hábitos alimentares podem ser aprendidos desde cedo, permitindo que a criança conheça desde os seis meses a maior variedade de sabores possível. A criança aprende pelo modelo dos pais, por isso, quando os veem se exercitando, tal atitude serve de estímulo para que ela aprenda desde cedo a adquirir hábitos saudáveis. Quando os pais são sedentários, os filhos provavelmente o serão, e futuramente poderão desenvolver doenças como hipertensão, diabetes e problemas cardíacos.

A carência de educação continuada em nutrição na atenção básica dificulta o vínculo da cadeia multiprofissional do cuidado, com o consequente isolamento do nutricionista na tomada de decisões clínicas. Profissionais preparados e que façam a ponte entre os serviços de assistência, comunidade e família podem atingir resultados mais otimistas no manejo da criança obesa.

Para tanto, faz-se necessário investir em uma reeducação alimentar, atividades físicas, orientações e educação para que a criança seja menos sedentária, acompanhamento psicológico, quando necessário e, o envolvimento de toda a família. Acrescenta-se a necessidade de um estudo mais amplo nessa perspectiva, a fim de se diagnosticar essa situação vivenciada para fundamentar a adoção de novas práticas de acompanhamento multiprofissional.

REFERÊNCIAS

AROUCA, Sergio. O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva. SP, UNESP; RJ, FIOCRUZ, 2003

BERNARDI F, Cicherelo C, Vitolo RM. Comportamento de restrição alimentar e obesidade. Rev Nutr 2005; 18:(1):83-93.

BONATO, J. A. S., PARRA, J. A. Q. Educação Nutricional na Infância. Revista Nutrição: Saúde e Performance, São Paulo, ano 5, ed.25, p.28-33, jul./set. 2004.

BORGES CR, Köhler MLK, Leite ML, Silva ABF, Camargo AT, Kanunfre C.C. Influência da televisão na prevalência de Obesidade infantil em Ponta Grossa, Paraná. Ciências Cuidado Saúde. 2007 Jul/Set;6(3):305-311.

BRASIL. Lei Orgânica da Saúde, n. 8.080. Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 1990. Disponível e acesso: http://www.cofen.gov.br/lei-8080lei-orgnica-da-saude_4163.html; acesso em 06/12/2021

BRASIL. Constituição Federal. Constituição da República |Federativa do Brasil.21.ed São Paulo. Saraiva. 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Obesidade / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 108 p. il. - (Cadernos de Atenção Básica, n. 12) (Série A. Normas e Manuais Técnicos) ISBN 85-334-1066-2

BRASIL. Ministério da Saúde. Estatuto da Criança e do Adolescente /

Ministério da Saúde. – 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. 96 p. – (Série E. Legislação de Saúde) ISBN 85-334-1058-1

BUSS, Paulo Marchiori. Promoção da saúde e qualidade de vida. Ciência & Saúde Coletiva, 5(1):163-177, 2000

CATRIB, A.M.F. et al. Saúde no espaço escolar. In: BARROSO, M.G.T.; VIEIRA, N.F.C.; VARELA, Z.M.V. (Orgs.). Educação em saúde no contexto da promoção humana. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

CONFERÊNCIA DE ALMA ATA. Disponível em: www.opas.org.br/coletiva/uploadArq/Alma-Ata.pdf. Acesso 02.12.2012.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE PROMOÇÃO DE SAÚDE, Carta de Ottawa. 1986. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf. Acesso em 02/12/2021

COSTA, Elisa Maria Amorim da, et al. Saúde da Familia – Uma Abordagem Multidisciplinar – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Editora Rublo, 2009. ISBN 978-857771-039-3.

DÂMASO et al, A. R. Edtiologia da Obesidade. In: DÂMASO, A. R. (Coord.). Obesidade. Rio de janeiro: Medsi, 2003. P.3-34.

DEMARZO, M. M. P.; AQUILANTE, A. G. Saúde Escolar e Escolas Promotoras de Saúde. In: Programa de Atualização em Medicina de Família e Comunidade. Porto Alegre, RS: Artmed: Pan-Americana, 2008. v. 3, p. 49-76.

FONSECA, J..GM. Obesidade e outros distúrbios alimentares. Clin Med 2001;1(6):279-89.

GONÇALVES, F.D, Catrib AMF, Vieira NFC, Souza LJV. A promoção da Saúde na educação infantil. Interface. 2008; 12:181-92.

GOULART, Lúcia Maria Horta de Figueiredo. Saúde da criança e do adolescente: agravos nutricionais / Lúcia Maria Horta de Figueiredo Goulart e Maria Regina de Almeida Viana. Belo Horizonte: Coopmed, 2008. 92p. : il. color.Caderno de estudo do Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família (CEABSF/NESCON/FM/UFMG). ISBN 978- 85 - 7825 - 010 –
2

LEÃO, L.S.C.S, ARAÚJO, L. M. B., MORAES, L.T.L.P. Prevalência de obesidade em escolares de Salvador, Bahia. Arq Bras Endocrinol Metab. 2003;47(2):151-7.

MELLO, Elza D. de, LUFT Vivian C.,Meyer, Flavia. Obesidade Infantil, Jornal de Pediatria - by Sociedade Brasileira de Pediatria Vol. 80, Nº3, 2004.

MOREIRA, L.L.S.; QUEIROZ, I.N.B. A escola promotora de saúde. 2001. Disponível em: <http://www.tevebrasil.com.br/salto/boletins2001/se1txt2.htm>. Acesso em fevereiro de 2012.

OHARA, Conceição Vieira da Silva, Fujimori, Elizabeth. Enfermagem e a Saúde da Criança na Atenção Básica. Baueri, SP- Manole Ltda, 2009. Série Enfermagem.

OLIVEIRA, Ana Mayra A. de; Cerqueira, Eneida M. M.; Souza, Josenira da Silva; Oliveira, Antonio César de Oliveira. Sobrepeso e Obesidade Infantil: Influência de Fatores Biológicos e Ambientais em Feira de Santana, BA. Arq Bras Endocrinol Metab vol 47 nº 2, abril 2003.

PEREIRA, Paulo Almeida & Lopes, Liliana Correia (2012). Obesidade Infantil: Estudo em Crianças num ATL. Millenium, 42 (janeiro/junho). Pp. 105-125. 109 SANTOS, Andréia Mendes dos. O excesso de peso da família com obesidade infantil. Textos & Contextos. Revista Virtual Textos & Contextos. Nº 2, ano II, dez. 2003.

SOUZA, W. A., VILAS BOAS, O. M. G. Orientação sobre o uso de vitamina A na saúde escolar: comparação de técnicas pedagógicas. Ciência, Saúde Coletiva, v.9, n. 1, 2004. SKINNER, B. Ciência e comportamento humano. São Paulo: Martins Fonte, 1994.

SPADA VP. Obesidade Infantil. Rio de Janeiro: Revinter; 2005.
Villares FMS, Ribeiro MM. Obesidade infantil em exercício. Rev. ABESO 2003; 13.

VIUNISKI. Nataniel. Projeto Escola Saudável. A ABESO aposta nessa ideia. Revista da ABESO » Edição nº 16 - Ano IV - Nº 16 - Out/2003 » Projeto Escola Saudável. http://www.abeso.org.br/pagina/175/projeto-escola-saudavel.shtml. Acesso 02.12.12.

SOUZAEAD
souzaeadrevistaacademica.com.br
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
JAN 2022 EDIÇÃO Nº 45

ABRINDO OS PORÕES DA LOUCURA –PERSPECTIVAS DIALÓGICAS PARA O ENSINO DA HISTÓRIA – IDENTIDADE E CULTURA.

MARTIN, Fábio Rodrigues[33]

RESUMO

O Presente artigo evidencia uma negligência histórica nos currículos escolares abordando o grande Holocausto ocorrido na Cidade de Barbacena no estado de Minas Gerais, no Hospital colônia, e todo o contexto envolvido por trás desta grande varredura social. Justifica-se este estudo como premissa de tornar o ensino da história crítico e questionador, bem como, desenvolver metodologias de ensino aprendizagem no que tange o ocultamento de grandes marcos fefastos na história brasileira envolvendo as classes marginalizadas em cada contexto. Evidencia-se os Círculos de Cultura Freireanos como âncora nos processos metodológicos, assim como fomentar o uso de avaliação formativa, metodologias ativas, mídia e educação como fonte provedoras de um ensino da história dialógico.

PALAVRAS – CHAVE: Holocausto Brasileiro, Ensino dialógico na história, mídia e educação.

[33] Professor - Graduado em Licenciatura em Educação Física

IF- Sudeste - Barbacena- 2017/2021. Graduando em História - Unicesumar - 8/8.

Graduando em Pedagogia em UEMG – 2/8

Pós Graduado em Pedagogia Social - FaSouza - 2021

SOUZAEAD
souzaeadrevistaacademica.com.br
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
JAN 2022 EDIÇÃO Nº 45

1.**INTRODUÇÃO**

O presente artigo, se faz emergente em investigar e questionar o ensino de História nas escolas públicas, enfatizando um campo novo que é a Pedagogia dos Traumas coletivos SILVA (2016), possibilitando assim, , a partir da investigação do material como um todo, e não somente os recortes já pesquisados, criar discussões debates, círculos de cultura e principalmente, desenvolver propostas pedagógicas e metodológicas de ensino e aprendizagem a serem inseridas nos currículos escolares em todas as suas esferas e fazer do ensino de história uma práxis emancipatória e sedimentada, justificando assim, sua relevância social.

Destaca-se, aqui, a história e identidade, como também a história e a cultura do Holocausto no Hospital Colônia, que é conhecido como o maior hospício do Brasil, na cidade mineira de Barbacena, objetivando a exploração de todo o contexto desta tragédia, e não somente os recortes que pouco ou quase nada são divulgados nas escolas. Justificando assim, a relevância deste estudo para a sociedade escolar, uma vez que, todo material concebido até nos dias de hoje, são formatados para leitura acadêmica, tornando assim, dificultoso seu acesso para quem não está inserido no meio acadêmico, como também, obter conhecimento crítico de toda uma história, que fora apresentada apenas em recortes. O que corrobora com a visão de CRUZ (2014):

> O ensino da História apresenta contornos abarrotados de fatores ideológicos na construção de seu currículo. Selecionar o conteúdo curricular da disciplina é ponto crucial na formação de uma sociedade mais cidadã e consciente dos feitos dos grupos excluídos nos bancos escolares e nos livros; ou a quem se destina, ou o que deve ou não deve ser ensinado, a qual contexto sociopolítico e econômico essa disciplina se materializa, principalmente, o lugar da disciplina na formação de uma nação, são elementos primordiais para que possamos entender o papel da História. CRUZ (2014, p. 43)

Promover conhecimento e discussões sobre o tema estudado, objetivando a emancipação cultural dos(as) discentes, bem como se fazer entender o quanto uma sociedade pode ser conivente com barbáries diante de sua omissão, através do silêncio e sua alienação como um ser cívico.

SOUZAEAD
souzaeadrevistaacademica.com.br
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
JAN 2022 EDIÇÃO Nº 45

A literatura nos aponta toda uma linha histórica eurocêntrica, e aqui, não abordaremos essa trajetória, mas sim, discutiremos novas propostas de ensino, autores, em uma perspectiva de resistência para um ensino de História pensante, questionador, reflexivo para que todo sujeito cívico tenha uma voz ativa em sua percepção de identidade cultural oriundo de seus entendimentos históricos. Afirmando assim, na visão de CRUZ (2014):

> Repensar essa prática eurocêntrica, se faz necessário na nova ordem de construção das identidades históricas. Portanto, quebrar os paradigmas de uma formulação filosófica de ver o mundo por uma perspectiva unitária, a europeia, mas reconhecer outras perspectivas de visões de mundo. CRUZ (2014. p.31).

Corroborando ainda com perspectivas de visão de mundo MATOS (2017), nos aponta que o ensino de História, sendo ele de caráter cientifico e que sua práxis é de transformação dialógica e que esta, deva desprender-se de livros didáticos, e fomentar reflexões de mundo, absorver para muda-lo. Para SCHIMIDT (2010, p.57).

> Ensinar História passa a ser, então, dar condições para que o aluno possa participar do processo do fazer, do construir a História. O aluno deve uno deve entender que o conhecimento histórico não é adquirido como um dom – comumente ouvimos os alunos afirmarem: 'eu não dou para aprender História' -, nem mesmo com uma mercadoria que se compra bem ou mal.

2.DESENVOLVIMENTO DO TEMA

A primazia do governo atual evidencia a sua relação de poder descaradamente através de seu discurso de ódio como política, e dentro desta perspectiva, o ódio é o agente propulsor e classificatório de identidades sociais como sub-raças. Do nazismo de Hitler ao fascismo de Mussolini, do holocausto brasileiro à ditadura militar, foram correntes que utilizaram o ódio como ferramentas para depopular uma raça indesejada. Essa trajetória de extirpação está de volta com essa ascensão da extrema direita fascista no poder,

disseminando ódio como política garantindo a varredura eugênica. Sendo o ódio o protagonista da limpeza social, evidenciamos a afirmação de TIBURI (2015):

> Aniquilação de certa ideia de sociedade, do senso do social, é sustentada no tipo de subjetividade fascista. A aniquilação da política é a aniquilação do social que precisa ser introjetada pela pessoa concreta, ela mesma cancelada como ser social. Seria necessário desenredar as amarras que sustentam o ódio delirante no qual ele foi envolvido como indivíduo quando acreditou que neste afeto residiria a verdade de sua experiência TIBURI(2015, p. 32).

Toda aniquilação social, consiste em tornar invisível todos aqueles que não embelezam uma sociedade por inteiro, modificando assim, os cenários urbanos, delineado uma identidade branca e eurocentrada. Posto isto, voltemos no tempo para investigarmos a estrutura da cultura promovida pelo o que foi imposto (tradição) pelas abordagens historiográficas e fomentar discussões e questionamentos entre uma história cultural e uma história social da cultura. Segundo SEVERINO (1997), falar de tradição, é abranger uma estrutura coletiva, sistematizada e de continuidade histórica. Critérios se identificando com as temáticas e nutrindo suas respectivas metodologias.

3.HIPOTESES DA PESQUISA COMO AGENTE TRASNFORMADOR E DISSEMINADOR DE CULTURA E IDENTIDADE

É sabido o quão cruel e desumano foi o Holocausto do Hospital Colônia[34], porém, tal capítulo da nossa história, fora bastante negligenciado em sua retórica, a mídia da época, alarmou a narrativa de uma história preconizando o clima favorável da Cidade de Barbacena no tratamento de doenças e/ou distúrbios mentais. O hospital

[34] 2 HOLOCAUSTO
BRASILEIRO Distribuidor

fora criado para ser um hospital de luxo para a elite em 1903, porém, na ditadura Vargas, se tornou um referencial para os movimentos eugenista.

Diante dos materiais até o momento analisados, o Documentário: Holocausto Brasileiro, evidenciou várias hipóteses tangíveis a serem investigadas para que a pesquisa possa sedimentar-se em materiais didáticos a serem trabalhados com os (as) discentes. Entretanto, o ponto de partida da investigação dar-se pelo silêncio dessa tragédia brasileira desconhecida. Posto isto, pretende-se explorar as sucessivas medidas que contribuíram para a extirpação de mais de 60 mil vidas, dentre elas, evidenciaremos as mais relevantes que muito contribuirão para o entendimento deste Holocausto

(I) Entendendo o contexto da época: a conduta adotada no hospital Colônia se baseava na medicina francesa até a década de 30, que conduta era essa, em que permitia o hospital contratar funcionários (as) sem formação mínima? Quem realmente era a mão de obra do hospital? A conduta da medicação era dada mediante o comportamento dos (as) internos (as), se estivessem gritando era o remédio rosa, se estivem cantando, era o azul, e horas, eram ambos; a medicação era reconhecida pela cor do comprido; a partir da criação do estado Novo (Era Vargas – 1937 a 1945), o que modificou no regime do hospital?

(II) A crise sanitária dentro do hospital: devido ao excesso de contingência, muitas das mortes eram causadas pela fome, utilizava-se a mesma seringa na aplicação de remédios para todos os pacientes; o uso de eletrochoque em massa para acalmar os (as) pacientes.[35]

[35] Produtora: HBO Gênero:
Documentário Classificação Etária:
16 anos
Data de Lançamento: 20 de novembro de 2016
Tempo de Duração: 1h 30min
Direção: Daniela Arbex, Armando Mendz
Roteiro: Daniela Arbex
Produtores: Roberto Rios, Maria Ângela de Jesus, Paula Belchior, Patrícia Carvalho, Alessandro Arbex e
Daniela Arbex
Montadora: Fábio Cabral

(III) Os (as) indesejáveis: Uma herança vergonhosa, a forma indigna em que o Estado os tratou. Quem eram? Explicitação de eugenia: Os “Meninos de Oliveira”. ARBEX (2013).

(IV) O porquê do silêncio? Umas das perguntas mais questionadas no documentário, era o porquê que esta tragédia fora silenciada por tantas décadas? Alguns pontos são levantados no documentário, tais como: o uso da mão de obra de pacientes (que eram chamados de “Bons Homens” para atender as necessidades do município a mando do prefeito, como capinar e calçar ruas sem remuneração, como também o abuso da mão de obra, por parte dos Diretores, que levavam os Bons Homens a servirem em suas obras pessoais; a partir da década de 30, a igreja Católica adentra a administração do hospital, e vários relatos[36] surgem sobre corrupção no almoxarifado como também a exploração das pacientes na confecção de trabalhos manuais por parte das irmãs de caridade; a venda de partes anatômicas de corpos para algumas faculdades de medicina; A loucura era rentável para os dirigentes do hospital; a cultura do não curar, e sim, adestrar

os comportamentos até o sepulcro desses corpos, (estes, que tinham covas diferentes dos demais: os negros e os loucos); a reforma psiquiátrica - 1970 – Visita de Franco Basaglia.

Essas, são as mais evidentes hipóteses elucidadas no documentário, e a própria roteirista e diretora questiona o tempo todo, de como uma tragédia dessas pode ser silenciada por tantos anos, assim, ela questiona uma das internas com a pergunta: afinal, de quem é a culpa? E no auge de sua lucidez, ela responde: “A culpa é de todos nós.” Aqui, evidenciamos mais uma vez que, uma sociedade que não conhece a sua história, passa a ser conivente com ela. Assim, entendemos o

[36] Relato de Walkiria Monteiro, ex enfermeira do Hospital Colônia no Documentário: Holocausto Brasileiro.

porquê desta poeira toda ter ficado tanto tempo debaixo do tapete. Dívida histórica, tradição de uma cultura que negou
dignidade a toda uma identidade. Silêncio óbvio. Assim poetiza Chico BUARQUE[37] (1978):

> Pai, afasta de mim esse
> cálice, pai Afasta de mim
> esse cálice, pai Afasta de
> mim esse cálice, pai
> De vinho tinto de sangue
> Como beber dessa bebida
> amarga tragar a dor, engolir
> a labuta Mesmo calada a*

A partir das hipóteses levantadas, bem como a investigação das mesmas, propõe- se juntamente com os (as) alunos (as), a criação de uma proposta pedagógica de ensino, pois, este estudo, é ancorado com este propósito, desenvolvimento da pesquisa, sistematização metodológica, resultando materiais didáticos sobre o tema discorrido, e que estes sejam uma práxis nos currículos do ensino de história.

E como um ciclo vicioso que vinha do alto escalão da branquitude política e religiosa, algumas sujeiras foram varridas para debaixo do tapete, criando uma cortina de fumaça que visava velar essa ditadura sanitária social, que era mais conhecida como o movimento higienista: práticas de higiene e educação sanitária, entretanto, esse movimento tinha em seu cunho, moldar toda uma sociedade mentalmente sadia. No entanto, essa sociedade processada devia atender alguns

[37] CALE-SE [compositor e intérprete]: Chico Buarque. São Paulo. Polygram/Philips. 1978

requisitos: cor branca, xenofóbica, racista, chauvinista e principalmente, antiliberal. COSTA (1989), enaltecendo assim, o Hospital Colônia[386] na cidade de Barbacena - Minas Gerais, palco onde foram dizimados mais de 60 mil atores sociais, taxados como “loucos”, como também políticos locais, do Estado e da Era Vargas (1930-1945), estes, obviamente tinham interesses econômicos nessa varredura social, pois a loucura capitalista era rentável para os bolsos pessoais, como também contribuía para a eugenia brasileira.

“Eugenia pode ser definida como a ciência que trata daquelas agências sociais que influenciam, mental ou fisicamente, as qualidades raciais das futuras gerações” GALTON (1906, p. 3). A censura foi bastante acentuada na época, o que levou a omissão destes fatos nas escolas brasileiras e, principalmente, nas escolas do Município de Barbacena, negligenciando assim o ensino de História. Posto isto, evidenciamos iniciar uma investigação de todo o contexto da “loucura” na década de 30 no Brasil. Bem como a religião católica, ancorada à política, quem eram esses antagonistas rotulados pela elite da sociedade, o hospital e sua conduta médica, como também as políticas de saúde que regia o hospital, seus regentes e regidos. “A teoria eugenista, que sustentava a ideia de limpeza social, fortalecia o hospital e justificava seus abusos. Livrar da sociedade a escória, desfazendo-se dela, de preferência em local que a vista não pudesse alcançar.” ARBEX (2013, p.26)

Embora este capitulo nos cause repulsa sobre essas barbáries, devemos nos ater que são recortes isolados dentro de um contexto marcado pela tradição historiográfica e que os fatos mencionados até aqui, seriam as consequências de uma história social oriunda de uma cultura enraizada que perpassa sobre vários contextos historiográficos e que nos leva a questionar essa história da História para compreendermos o todo e não somente o “holocausto” em si.

[38] Desde o início do século XX, a falta de critérios para internação e os maus-tratos com os internos eram corriqueiros no Hospital Colônia de Barbacena. O pensamento eugenista, difundido pela Liga Brasileira de Higiene Mental nos anos de 1920, ao adotar a ideia de prevenção eugênica, considerava todos aqueles portadores de transtornos psíquicos como degenerados COSTA (2007),

SOUZAEAD
souzaeadrevistaacademica.com.br
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
JAN 2022 EDIÇÃO Nº 45

Portanto, a reflexão aqui, é estabelecer eixos de conexão entre a ação e as consequências deste marco, a mão de obra que sustentava o hospital, a cultura psíquica da época, as relações políticas que fomentavam esse afunilamento social marginalizado, como também, investigar as mais evidentes identidades presentes que foram diluídas naquele cenário obscuro, de "loucura" e que jamais fora relevado, pesquisado ou que tivesse um interesse de análise crítica sobre o todo deste recorte que abordou somente a cruel aniquilação dos corpos.

Assim como os sinos da Igreja anunciavam a hora da missa, o apito do trem reverberava na cidade de Barbacena, que alguma parte do Brasil estava mais limpa, assim, o trem de doido[7], como era chamado este meio e transporte, trazia em seus vagões um abarrotamento de carga humana, bem como os Judeus eram levados para os campos de concentração em Auschwitz, durante a Segunda Guerra Mundial. ARBEX (2013).

Tal carga humana despejada no hospital Colônia, acentua as relações de poder que regia a sociedade, sendo a sociedade em sua branquitude, também conivente na construção histórica deste holocausto, pois, 70% destes Seres Humanos, não sofriam de qualquer distúrbio mental, mas afinal, não era um hospital psiquiátrico? Sim, era! Então, quem eram os produtos insanos desta cultura? ARBEX(2013) assinala:

> … [c]erca de 70% não tinham diagnóstico de doença mental. Eram epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava, gente que se tornara incômoda para alguém com mais poder. Eram meninas grávidas, violentadas por seus patrões, eram esposas confinadas para que o marido pudesse morar com a amante, eram filhas de fazendeiros as quais perderam a virgindade antes do casamento. Eram homens e mulheres que haviam extraviado seus documentos. Alguns eram apenas tímidos. Pelo menos trinta e três eram crianças… o Colônia tornou–se destino de desafetos, homossexuais, militantes políticos, mães solteiras, alcoolistas, mendigos, negros, pobres, pessoas sem documentos e todos os tipos de indesejados, inclusive os chamados insanos. ARBEX (2013, p. 23).

[7] Trem de doido: expressão criada pelo escritos Guimarães Rosa, ela foi incorporada ao vocabulário dos mineiros para definir algo positivo, mas, à época, marcava o início de uma viagem sem volta ao inferno. ARBEX (2013, p.28)

Esses eram os (as) indesejados(as) que podiam sujar a cara de uma sociedade hipócrita, bem como perturbar a ordem, a moral e os bons costumes dos que chamamos hoje de “cidadãos de bem”.

E assim, nos deparamos como um novo significado de loucura, o que levou a cidade de Barbacena a ser taxada como Cidade dos loucos. Portanto, PROVIDELLO (2013), enceta reflexões sobre loucura nos preceitos de Michel Foucault, onde ele diz que, não há denominação conceitual de loucura, bem como relacioná-la a qualquer patologia, mas sim, o que se entente por louco. “A loucura só existe em uma sociedade, ela não existe fora das normas da sensibilidade que a isolam e das formas de repulsa que a excluem ou capturam.” FOUCAULT (2006, p.163).

Logo, podemos dizer que esta pesquisa além de investigativa, usará os antagonistas sociais e seu contexto para elucidar reflexões e questionamentos do ensino de História em intuições públicas, como, também, repensar este ensino tradicional, obsoleto e acrítico. Cultura e identidade no contexto do Holocausto do Hospital Colônia, será o cerne da pesquisa para que possamos dialogar, questionar, debater e criar novas perspectivas metodológicas e interativas, levando aos discentes uma compreensão dos fatos como um todo e não apenas utilizar recortes da história como fonte de ensino sem despertar o olhar crítico para a compressão historiográfica, “procurando superar, ao menos no ideário acadêmico, o ensino memorístico e livresco vigente nos estudos históricos.” CAIMI (2005). Como diria NADAI (2011):

> Nossos adolescentes também detestam a História. Votam-lhe ódio e dela se vingam sempre que podem, ou decorando o mínimo de conhecimentos que o “ponto” exige ou se valendo lestamente da “cola” para passar nos exames. Demos ampla absolvição à juventude. A História como lhes é ensinada é, realmente odiosa.

Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa, e a primeira etapa deste estudo, será por meio de análise de conteúdo, onde buscaremos os registros do Hospital Colônia, disponibilizados na biblioteca do próprio hospital, objetivando utilizar ferramentas de análise de conteúdo BARDIN (2011) para embasar e explorar as

hipóteses citadas acima. Ao que se refere no campo teórico, adotaremos autores no campo historiográfico bem como no campo pedagógico, tais como: Daniela Arbex (O Holocausto Brasileiro, 2013), Lilia Scwarcz (O Espetáculo das Raças, 1993, Brasil: Uma Biografia, 2009) bem como artigos publicados que se relaciona com o tema), Michel Foucault (História da Loucura, 1973), João Baptista Magro Filho (A Tradição da Loucura: Minas Gerais, 1870/1964, 2019), Paulo Freire (Todo seu conjunto de obras pedagógicas), Humberto Eco, (Apocalípticos e integrados, 2006), BNCC, 2008 PCN`S, 1997 (Temas Transversais).

4.RELEVÂNCIA PEDAGÓGICA- TRABALHO DE CAMPO

Tendo o corpo executivo do projeto sedimentado, partiremos para a construção do nosso projeto: “Abrindo Os Porões Da Loucura –Perspectivas Dialógicas Para O Ensino Da História – Identidade E Cultura.” A fundamentação desta etapa, terá como alicerce principal os Círculos de Cultura Freireano, que na visão de PADILHA[39] 2003), é um fomento a encontros de pessoas e/ou grupo, objetivando dialogar sobre o trabalho didático e pedagógico, visando um processo de ensino e aprendizagem, a partir de vivências culturais e educacionais. Corroborando assim com a visão dialética de FREIRE (1985):

> Em lugar de Escola, que nos parece um conceito, entre nós, demasiado carregado de passividade, em face de nossa própria formação (mesmo quando se lhe dá o atributo de ativa,), contradizendo a dinâmica fase de transição, lançamos os Círculos de Cultura. Em lugar do professor, com tradições fortemente doadoras, o Coordenador de Debates. Em lugar de aulas discursivas, o diálogo. Em lugar de aluno, com tradições passivas, o participante de grupos. Em lugar dos pontos, e de programas alienados, programação compacta, reduzida e codificada em unidades de aprendizado. FREIRE (1985, p. 103)

[39] Paulo Roberto Padilha: Doutorado em Educação 1999 - 2003 Universidade de São Paulo
Título: Pedagogia do Encontro: o currículo como relação inter-transcultural
Moacir Gadotti. Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.

Assim, podemos elucidar uma linha cronológica do projeto: círculos de cultura subsidiando a investigação dos referenciais expostos, bem como a criação de metodologias dialógicas no ensino de História. A seguir, será proposta mostra deste conteúdo para toda a Escola, deixando a critérios dos (as) discentes (as), de que forma eles querem apresentar: seja através de mídias interativas: perfil questionador sobre o tema em redes sociais, Podcast, música, teatro, dança, poesia, dentre outras formas pertinentes que eles julgarem à vontade. Em síntese, aqui, espera-se obter dois produtos: a metodologia de ensino teórica na perspectiva dialógica dos (as) discentes, com também as propostas de apresentação.

5.CAMPO TÉORICO

Posto isto, evidenciamos a habilidade em História - BNCC (EF09HI13) Descrever e contextualizar os processos da emergência do fascismo e do nazismo, a consolidação dos estados totalitários e as práticas de extermínio (como o holocausto). (BRASIL, 2018). Partindo disto, vislumbram-se os Temas Transversais como sementes germinativas que muito elucidarão os possíveis caminhos para a construção de uma proposta metodológica que possa justificar a relevância deste estudo.

As hipóteses emergidas dentro da pesquisa se relacionam diretamente com os Temas Transversais da educação. O conjunto de temas aqui proposto — Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo — recebeu o título geral de Temas Transversais, indicando a metodologia proposta para sua inclusão no currículo e seu tratamento didático. BRASIL (1997).

Se faz pertinente adequar o ensino de hoje, sendo ele atrelado as inúmeras tecnologias existentes, logo, evidenciamos que o fruto desse trabalho será ancorado a mídia e educação. Nos tempos atuais, destaca-se a emergência de promover a discussão e a criticidade sobre os conteúdos escolares, assegurando, nesse caso, a problematização sobre os impactos das mídias na vida social e sua

inserção como fator contribuinte em um ensino dialógico. E diante disso, assinala ECO (2006), A aquisição de conteúdos midiáticos “pode dar-se numa perspectiva inocente e alienante, caracterizando o pessimismo da corrente de pensamento apocalíptica, na qual o aluno é apenas receptor passivo das “verdades” difundidas na mídia”.

6.METODOLOGIA AÇÃO

Diante dos referenciais bibliográficos e teóricos expostos a cima, bem como a análise de conteúdo, na segunda etapa da pesquisa, partiremos para uma ação dialógica na compreensão dos materiais levantados, objetivando a criação das propostas pedagógicas no ensino de história, que, segundo TRIPP (2005. P.3): “A pesquisa-ação educacional é principalmente uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos”.

Sendo assim, partiremos para a seleção da Escola, equipe de estudos, ressalta-se a importância de enfatizar a possibilidade desta pesquisa para a criação de metodologias de ensino de História, (sendo todo o contexto do Holocausto do Hospital Colônia) ter caráter interdisciplinar, o que facilita o envolvimento de todo o corpo docente da escola selecionada, bem como, salientar várias perspectivas de se abordar o assunto.

6.1A ESCOLA TRADICIONAL – O CONTEXTO DO PROBLEMA.

É preciso desconstruir a ideia da escola euro centrada que nos foi imposta e enraizou paradigmas em nosso olhar. A escola exerce um papel fundamental na formação de seus (suas) discentes, e ela não se restringe apenas em disseminar os conteúdos impostos nos parâmetros curriculares, ela necessita ir além, precisa garantir uma formação inclusiva que preconiza possibilidades de aprendizagens a todos os seus sujeitos, que contemple a construção de um ser político e crítico e que este possa usufruir de uma existência autônoma e participativa na sociedade,

e isso não torna irrelevante o eixo pedagógico dos conteúdos escolares específicos, pelo contrário, se ela objetiva devolver um ser ativo e crítico a sociedade, valorizando suas especificidades e encorajando sua cultura, este cidadão precisa estar ciente da importância de ter assimilado os conteúdos pertencentes as variadas ciências do currículo escolar, uma base sólida que o fará apto a construir suas relações em uma sociedade altamente tecnológica , concorrida e normativamente exigente.

> "A transformação radical do sistema educacional herdado do colonizador exige um esforço inter-estrutural, quer dizer, um trabalho de transformação a nível da infra-estrutura e uma ação simultânea a nível de ideologia. A reorganização do modo de produção e o envolvimento crítico dos trabalhadores numa forma distinta de educação, em que mais que adestrados para produzir, sejam chamados a entender o próprio processo de trabalho" FREIRE (1979a, p.21).

Corroborando com o patrono da Educação, erradicar o ensino colonizador requer mudanças diárias para que o mesmo possa contribuir na construção dialógica do ensino educacional.

6.2.A Consequência Do Problema – O Ensino Acrítico da História

O ensino de História muitas das vezes soou um espaço informativo, o que muito se justifica a evasão no que tange aos interesses dxs alunxs, Ela é desposta de maneira preconceituosa e ainda muito engessada em livros didáticos, onde a tendência segue um apelo informativo, bem semelhante à uma revista de fofocas, onde, dissemina informações sem um propósito reflexivo e crítico em sua compreensão, o que leva a questionar essas lembranças artificiais desprezando o valor do conhecimento, sem fixação, desprezando assim, a finalidade social da história em emancipar seus sujeitos, bem como compreendê-la. Assim:

> A História que fundamenta o ensino de história é produto da ação do historiador. Sendo assim, é um recorte da totalidade que se apresenta de forma científica. Quando é transposta para a sala de aula causa uma estranheza ao aluno. O acontecimento em uma perspectiva historiográfica não tem a mesma dinâmica das lembranças cotidianas ou da literatura. Uma História em geral desencarnada, sem o ritmo do

SOUZAEAD
souzaeadrevistaacademica.com.br
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
JAN 2022 EDIÇÃO Nº 45

> cotidiano, que foge ao que nos é comum, está contada e apresentada de uma forma diferente do mundo da vida. Como se não fosse um olhar para tal mundo, como se fosse um olhar para uma outra materialidade, distante do mundo que nos cerca e forma. O enquadramento da memória, seguindo uma estrutura historiográfica, em geral, salienta uma face em detrimento de outra, negando a participação de certos atores históricos e lançando holofotes em outros. Prioriza uma História, negando a existência de outras histórias. Mesmo a História que tenha como premissa destacar os alijados da grande história oficial é um recorte e um olhar que usa a lente de uma teoria e de um foco. AZEVEDO (2003. p. 14).

O ensino de História nas escolas, conota uma visão quantitativa dos fatos ocorridos, se faz necessário contar realmente a história envolvendo seu contexto, causando reflexão nos aprendizes a atender o passado juntamente com o presente, interligando pontos de conexão com a realidade que os cercam, fazendo este ensino muito mais qualitativo e crítico. Segundo AZEVEDO (2003), as diretrizes metodológicas que preconizam transportar para a sala de aula de história o fazer-se protagonista da história e, não, aprendiz do passado, “repetindo o posto pela historiografia e ignorando como essa argumentação foi conduzida e transformada em História, descortina-se como uma nova trajetória e possível caminhada.” AZEVEDO (2003. p.17).

Ao falarmos de uma possível trajetória dialógica no ensino de história, não podemos deixar de citar o contexto escolar, seus sujeitos como mediadores de conhecimento, como também suas diretrizes pedagógicas. Logo, o Projeto Político Pedagógico, é um documento que descreve os objetivos da escola e é uma diretriz essencial para a formação dos (as) alunos(as), visando interferir na não democracia inserida na escola, possibilitando assim, a participação do coletivo (escola + comunidade) fomentando ações futuras para transformação da realidade no âmbito escolar. Um processo que envolve discussão, questionamentos e reflexão, que vise mudanças e perspectivas coletivas em todo os espaços pedagógicos, e que este dialogue coerentemente no contexto escolar.

A prática deste documento e viabiliza o verdadeiro sentido do papel escolar, dando espaço a pedagogos e docentes a exercerem seus propósitos em ofertar múltiplas possibilidades de aprendizagens, e que estas perpassem não só o conteúdo imposto, como também, fomente a construção de um sujeito crítico e

autônomo, capaz de tomar decisões e ser contribuinte ativo em seu contexto social.

E atentando a essa formação que é o grande desígnio da escola e de todo o seu corpo pertencente, é preciso fomentar cada vez mais que este espaço transformador e disseminador de conhecimentos perpetue em sua essência o seu eixo democrático pedagógico, possibilitando claramente o acesso do educando a compreensão histórica e principalmente, da realidade que o cerca. “Quanto mais refletir sobre a realidade, sobre sua situação concreta, mais emerge, plenamente consciente, comprometido, pronto a intervir na realidade para mudá-la” FREIRE (1979b, p.19).“ E para que todo este conteúdo esboçado do PPP, entrelaçado à realidade escolar se concretize com êxito, necessitamos abordar o trajeto que ele percorre nos meios em que ele se justifica, ou seja, seu produto final é devolver a sociedade um cidadão consciente e transformador, crítico e capaz de socializar experiências, de construir e repassar cultura. GADOTTI (1999).

Partindo do princípio da individualidade humana, e uma postura crítica da/do docente no entendimento disto, podemos agregar um sentido perspicaz à avaliação escolar, onde o docente atuará em estimular as múltiplas inteligências de seus educandos, tornando-os competentes na prática de suas habilidades. Segundo ANTUNES (1998), capacidade conota pluralidade e no contexto escolar podemos mencionar três delas que são valiosas no processo de aprendizagem: motora, emocional e cognitiva, uma tríade primordial e particular que sustenta cada indivíduo em seu papel de aprendiz.

O/A aprendiz por sua vez, dentro de suas especificidades, carrega consigo múltiplas inteligências, ANTUNES (1998), e essas são como sementes, que precisam ser regadas diariamente para que possam florescer e agregar no desenvolvimento ininterrupto de suas competências, promovendo assim, a transformação e a construção do ser humano através dos caminhos do conhecimento. Contudo, falar de avaliação embasada nesses preceitos, devemos no ater em combater essa adesão homogênea e excludente, para que possamos nos pautar na avaliação como um processo de reflexão dos conteúdos

repassados, vislumbrando a capacidade de identificar no “erro” um estímulo reflexivo e crítico, sem menosprezar os objetivos dos conteúdos escolares.

É evidente que a inteligência não constitui apenas um elemento neurológico isolado, independente do ambiente. LÉVY (1993) desenvolveu lucidamente a noção de ecologia cognitiva, na qual avança para ultrapassar a visão isolada do conceito, mostrando que fora da coletividade, desprovido do ambiente, o indivíduo não pensaria.

Todas as nossas inteligências nada mais são do que segmentos componentes de uma ecologia cognitiva que nos engloba. O indivíduo, portanto, não seria inteligente sem sua língua, sua herança cultural, sua ideologia, sua crença, sua escrita, seus métodos intelectuais e outros meio do ambiente. Associando- se, pois, a identificação das habilidades que compõem a inteligência a esse contexto ambiental cognitivo percebe-se que a inteligência está muito associada a ideia de felicidade. (ANTUNES (2008, P. 12).

Essas esferas precisam comungar comumente favorecendo o ambiente de ensino a exercer sua competência integralmente: docentes utilizando conteúdo para o desenvolvimento das múltiplas inteligências e habilidades, consciência de transformar práticas avaliativas em possibilidades de aprendizagem e principalmente estimular o senso crítico dxs alunxs, para que estes tenham consciência e sensibilidade para questionar a realidade que os cercam, distinguir a linha tênue que separa o ver do olhar, torna-lo um captador de detalhes. Professor(a) é um permanente aprendiz, ele é a ponte da assunção do conhecimento. Assim disse ANTUNES (1998): “O professor é um fazedor de amanhãs”.

É importante salientar que as esferas do ensino precisam estar conectadas e muito bem descritas para que possam surtir esse efeito emancipatório e cívico dos alunos, assim, não podemos descartar a importância de falar em avaliação escolar, pois se a proposta de investigação tem como finalidade debruça-se em processo pedagógico de ensino, ressalta-se o uso de avaliação formativa LUCKESI (2002) como contribuinte necessário no processo de ensino e aprendizagem, como também um norteado para a validação do percurso ao longo

do processo. Contudo, ao falar de avaliação embasada nesses preceitos, se estabelece a necessidade de um processo de reflexão dos conteúdos repassados, vislumbrando a capacidade de identificar no “erro”, um estímulo reflexivo e crítico, sem menosprezar os objetivos dos conteúdos escolares. Posto isso, acrescenta-se a visão de SANTIAGO et al. (2017):

> A avaliação permeia (ou deveria permear) todo o processo de ensino aprendizagem. Em termos didáticos, ao elaborar o plano de aula ou o planejamento de curso, é preciso considerar os nossos objetivos (culturas), nossa intenção (políticas) com o grupo, o contexto do grupo (dialeticidade e complexidade) com o qual iremos trabalhar (práticas). No momento em que estabelecemos objetivos, esses objetivos serão avaliados ao longo do processo. A avaliação (especialmente se feita em uma perspectiva omnilética, ou, pelo menos, mais ampla e politizada) se trata de um instrumento para identificar se estamos no caminho certo, ou seja, o processo avaliativo não se restringe apenas a identificar o aprendizado do aluno, mas nos serve de parâmetro para identificar se nossa proposta pedagógica está possibilitando condições de aprendizagem e participação de todos no processo de ensino aprendizagem. SANTIAGO (2017, p. 646).

Posto isto, vislumbramos nessa discussão teórica, sobre toda a complexidade e estrutura coesa no ensino de história no Brasil, há muito que lutar e resistir no cenário vigente polarizado. Assim, entendemos que um (a) docente jamais deva ser passivo e/ou só ativo em seu ofício, ele precisa assumir sua mediação provocativa, questionadora para fomentar a criticidade dos alunos. Assim, assinala SOARES (2008):

> “Para ensinar, são necessárias determinadas habilidades, métodos, procedimentos de trabalho que possibilitem ao professor uma docência que possibilitem ao professor uma docência que resulte na compreensão e incorporação do aprendizado da História pelos seus alunos. SOARES (2008, p.11).

7.CONSIDERAÇÕES FINAIS

SOUZAEAD
souzaeadrevistaacademica.com.br
ISSN 2595-5934
REVISTA ACADÊMICA DIGITAL
JAN 2022 EDIÇÃO Nº 45

Portanto, elucidamos o quanto o/a docente aprende ao ensinar, o quanto ele aprende história ao contá-la, como assinala SCHMIDT (2009, p.37) "... significa contar a História, isto é, significa narrar o passado a partir da vida no presente". A significação do conhecimento histórico é o fator imprescindível para que se faça a compreensão do presente e da própria identidade. A partir dessa lógica, o docente de história seria capaz de se orientar no tempo e tornar acessível o ensino. MATOS (2017).

Ensinar, é para a vida, assim, quando compreendemos a cultura de uma sociedade, suas estruturas de poder, seus personagens e suas regras, nos libertamos da omissão e nos integramos como seres ativos dentro dela, e podemos participar avidamente de sua construção histórica diária, nossa cultura e nossa identidade estará lá, marcada por uma resistência sem medo da opressão.

Espera-se que este trabalho possa se fazer um círculo continuo no ensino, bem como, emancipando o/as discentes e fomentando entre os/as docentes, a continuação do mesmo, desencadeando assim, uma corrente colaborativa, ampliando perspectivas e novas metodologias de ensino e aprendizagem, ancoradas pelos círculos de cultura Freireano.

REFERENCIAS

ANTUNES, Celso. As inteligências múltiplas e seus estímulos. 11ª ed. Capinas, Sp, Papirus, 1998.

ANTUNES, Celso. Inclusão: o nascer de uma nova pedagogia. Sp. Ciranda cultural, 2008.

ARBEX, Daniela. Holocausto Brasileiro. 1ª ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013, 255 p. ISBN 978-85-8130-157-0.

AZEVEDO, Patrícia Bastos de. Ensino de história e memória social: A construção da história-ensinada em uma sala de aula dialógica. (Dissertação apresentada ao Programa de Pós graduação em Educação). Faculdade de Educação Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 150. 2003.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília,1997.

BUARQUE, Chico. CALE-SE [compositor e intérprete]: São Paulo. Polygram/Philips.
1978

CAIMI, Flávia Eloisa. Escola Nova e Ensino de História no Brasil. Anpuh – XXIII simpósio nacional de história – londrina, 2005.

COSTA, J. F. História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico. Rio de Janeiro: Xenon.1989.
COSTA, Jurandir Freire: História da Psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

CRUZ, E. A. S. Currículo Mínimo De História Da Rede Estadual De Ensino Do Rio De Janeiro: Quais São Os Espaços Da História Da África E Do Negro? (Lei Nº 10.639/03). Dissertação (mestrado). Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, Rio de Janeiro, p.117. 2014

ECO, Humberto. Apocalípticos e integrados. São Paulo: Perspectiva, 2006.
FOUCAULT, Michel. Loucura, literatura, sociedade. In: Motta, Manoel Barbosa (Org.). Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Rio de Janeiro: Forense Universitária. p.232-258. 2006.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979a.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979b.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 25 ª ed. (1ª edición: 1970). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, P. Educação com prática da liberdade, 16a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 103).

GADOTTI, Moacir. Avaliação Educacional e Projeto Político-Pedagógico. I seminário internacional itinerante de educadores 2 ª jornada pedagógica da escola cidadã. Grupo de estudos e organização de eventos político-pedagógicos 10ª de – cepers sindicato - alegrete e uruguaiana, maio de 1999.

GALTON, F. Restriction in marriage. Sociological Papers, 2, p. 3-17, 49-51, 1906.

LÉVY, P. As Tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informatica. Sp. Editora 34. (1993)

LUCKESI, Cipriano, Carlos. Avaliação da Aprendizagem Escolar. 12 ed. (2002).

MATOS. Júlia Silveira. Ensino de História e aprendizagem histórica: diálogos com Paulo Freire. Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. E-ISSN 1517-1256, Edição especial XIX Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire, p. 212-224, junho, 2017.

NADAI, Elza & BITTENCOURT, Circe. Repensando a noção de tempo histórico no ensino. In: PINSKY, Jaime. O ensino de história e a criação do fato. 14.ed. São Paulo: Contexto, 2011, pp. 93-120.

O HOLOCAUSTO BRASILEIRO. Direção Daniela Arbex, Armando Mendz. Produtores: Roberto Rios, Maria Ângela de Jesus, Paula Belchior, Patrícia Carvalho, Alessandro Arbex e Daniela Arbex. SP. HBO. Novembro 2016.

PADILHA, P, R. Os Círculos de Cultura na perspectiva da intrasculturalidade.: por uma escola curiosa, prazerosa e aprendente. 2003. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo

PROVIDELLO, Guilherme Gonzaga Duarte; YASUI, Silvio. A loucura em Foucault: arte e loucura, loucura e desrazão. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.20, n.4,out.-dez. 2013, p.1515-1529.

SANTIAGO, M. C. et al. Inclusão em educação: processos de avaliação em questão. Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação, v. 25, n. 96, p. 632-651. set./2017.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Ensinar história. 2 ed. São Paulo: Scipione, 2009.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de História e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. O saber histórico na sala de aula.11.ed. São Paulo: Contexto, 2010, pp. 54-66.

SERAPIONI, Mauro. Franco Basaglia: biografia de um revolucionário. Análise - Hist.
cienc. saude-Manguinhos 26 (4) • Oct-Dec 2019 https://doi.org/10.1590/S0104-59702019000400008

SEVERINO, Antônio Joaquim. A filosofia contemporânea no Brasil: conhecimento, política e educação. Petrópolis – RJ: Vozes, 1997.

SILVA, F. C. T. da, & Schurster, K. (2016). A historiografia dos traumas coletivos e o Holocausto: desafios para o ensino da história do tempo presente. Estudos Ibero-
Americanos, 42(2), 744-772. https://doi.org/10.15448/1980-864X.2016.2.23192

SOARES, Olavo Pereira. A atividade de ensino de história: processo de formação de professores e alunos. Araraquara, SP: Junqueira & Marin editores, 2008.

TIBURI, Marcia. Como conversar com um fascista. Reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2015.

TRIPP. David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira.

VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: nota sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira, In Tempo no 08 – dezembro de 1999. Niterói, Sette Letras, 1999.